

ROSANA PETER CAMILO

**REPRESENTAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL PARA OS
ALUNOS DO ENSINO MÉDIO**

**Florianópolis
2003**

ROSANA PETER CAMILO

**REPRESENTAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL PARA OS
ALUNOS DO ENSINO MÉDIO**

Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Antonio Pereira Fialho,

Florianópolis

2003

ROSANA PETER CAMILO

**REPRESENTAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL PARA OS
ALUNOS DO ENSINO MÉDIO**

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Engenharia, de Produção e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, em dezembro de 2003.

Prof. Edson Pacheco Paladini, Dr.
Coordenador do Curso de Pós-Graduação
em Engenharia de Produção

Banca Examinadora:

Prof. Francisco Antonio Pereira Fialho, Dr.
Orientador

Prof. Chistianne C. S. R. Coelho, Dra.

Prof: Elaine Ferreira, Dra.

Dedico este trabalho a todas as pessoas que, de alguma forma, trabalham para a sustentabilidade da vida e de uma sociedade mais justa, dando exemplos de responsabilidade social.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Francisco Antonio Pereira Fialho, à minha família, aos meus amigos e companheiros do Kailash e a todas as pessoas que direta ou indiretamente colaboraram para a realização deste trabalho.

“Quando, numa cidade, dizem alguns filósofos, um ou muitos ambiciosos podem elevar-se mediante a riqueza ou o poderio, nascem os privilégios de seu orgulho despótico, e seu jugo se impõe à multidão covarde e débil. Mas, quando o povo sabe, ao contrário manter suas prerrogativas, não é possível encontrar mais glória, prosperidade e liberdade, porque então ele permanece árbitro das leis, dos juízes, da paz, da guerra, dos tratados, da vida e da fortuna de todos e de cada um; então, é a coisa pública coisa do povo.”

(Marco Túlio Cícero 106-43 a.C.)

RESUMO

CAMILO, Rosana Peter. Representação da Responsabilidade Social para os alunos do ensino médio. 2003, 80 p. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós – Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

A presente dissertação tem como tema a responsabilidade social, objetivando verificar qual o significado desse tema para os alunos do Ensino Médio de um colégio particular na região da grande Florianópolis, em Palhoça. Nesta pesquisa, são abordadas questões pertinentes à realidade dos alunos, incluindo discussão sobre temas relacionados à responsabilidade social, como educação, juventude, cidadania e conscientização. Este estudo identifica o que tem sido trabalhado com jovens sobre responsabilidade social, as questões mais significativas aos jovens de hoje. Pôde-se perceber que a palavra “respeito” foi a mais citada, o que leva a crer que o respeito perpassa todas as relações sociais e que sem respeito não há responsabilidade social.

Palavras-chave: responsabilidade social; educação; juventude; cidadania; conscientização.

ABSTRACT

CAMILO, Rosana Peter. Social Responsibility Representation for middle school students. 2003, 80 p. **Dissertation** (Production Engineering Master Degree Program) – Production Engineering Post Graduation Program. Santa Catarina Federal University, Florianópolis.

The theme of the present dissertation is the social responsibility, intending to verify what is the meaning of this subject for high school students of a private school in the great Florianópolis area, in Palhoça. In this research, it is focused pertinent questions about the student's reality, including discussions about social responsibility issues, likewise education, youth, citizenship and consciousness. This study identify what has been worked with young people about social responsibility, the more significance questions to today's youth. It was notice that the word "respect" was the most mentioned, what conduces one to believe the respect is inherent to all social relations and without respect there is no social responsibility.

Key Words: social responsibility; education; youth; citizenship; consciousness.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Elementos definidores do terceiro setor	25
Quadro 2 - Ações sociais ao longo da história	30
Quadro 3 - Matriz para avaliação da responsabilidade social da empresa .	34

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Os quatro tipos de responsabilidade social total e responsabilidade da organização	36
Figura 2 - Fatores de sustentabilidade comunitária	43

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Quanto ao gênero	52
Gráfico 2 -	Total de alunos e alunas na 1ª série do Ensino Médio	53
Gráfico 3 -	Total de alunos e alunas na 2ª série do Ensino Médio	53
Gráfico 4 -	Total de alunos e alunas na 3ª série do Ensino Médio	53
Gráfico 5 -	Alunos que trabalham	54
Gráfico 6 -	Alunas que trabalham	54
Gráfico 7 -	Idade dos alunos que freqüentam a 1ª série do Ensino Médio.	55
Gráfico 8 -	Idade dos alunas que freqüentam a 1ª série do Ensino Médio.	55
Gráfico 9 -	Idade dos alunos que freqüentam a 2ª série do Ensino Médio.	55
Gráfico 10 -	Idade dos alunas que freqüentam a 2ª série do Ensino Médio.	56
Gráfico 11 -	Idade dos alunos que freqüentam a 3ª série do Ensino Médio.	56
Gráfico 12 -	Idade dos alunas que freqüentam a 3ª série do Ensino Médio.	56
Gráfico 13 -	Palavras com maior incidência entre a população feminina da 1ª série do Ensino Médio	57
Gráfico 14 -	Palavras com maior incidência entre a população masculina da 1ª série do Ensino Médio	58
Gráfico 15 -	Palavras com maior incidência entre a população feminina da 2ª série do Ensino Médio	59
Gráfico 16 -	Palavras com maior incidência entre a população masculina da 2ª série do Ensino Médio	59
Gráfico 17 -	Palavras com maior incidência entre a população feminina da 3ª série do Ensino Médio	60
Gráfico 18 -	Palavras com maior incidência entre a população masculina da 3ª série do Ensino Médio	61
Gráfico 19 -	Palavras com maior incidência entre a população masculina das três séries do Ensino Médio	62
Gráfico 20 -	Palavras com maior incidência entre a população feminina das três séries do Ensino Médio	63
Gráfico 21 -	Palavras com maior incidência entre as populações femininas e masculina das três séries do Ensino Médio	64

Sumário

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Caracterização do Problema	13
1.2	Justificativa	16
1.3	Objetivos	18
1.3.1	Objetivo geral	18
1.3.2	Objetivos específicos	18
1.4	Estrutura do Trabalho	18
2	RESPONSABILIDADE SOCIAL	19
2.1	Representações Sociais	19
2.2	Os Setores	22
2.3	A Construção de um Novo Paradigma	26
2.4	Histórico da Responsabilidade Social	28
2.5	A Origem do Termo Responsabilidade Social	31
2.6	Filantropia e Solidariedade	32
2.7	Voluntariado	37
2.7.1	O voluntariado no Brasil	38
2.7.2	O Brasil e o setor social	40
2.8	Sociedade Sustentável	42
2.9	Educação para Cidadania	44
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	46
3.1	Questão Metodológica	48
3.2	O Método das Associações	50
4	RESULTADOS OBTIDOS	52
4.1	Análise dos Dados sobre a População	52
4.2	Palavras Utilizadas pelos alunos para Representar “Responsabilidade Social”	65
5	CONCLUSÃO	67
	REFERÊNCIAS	71
	APÊNDICE	79
	APÊNDICE A – Questionário utilizado com os alunos do Ensino Médio na Pesquisa sobre Responsabilidade Social.....	80

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem acesso quase ilimitado à comunicação e ao conhecimento por diversos meios, recebendo, desta forma, uma carga de informações em tempo real e em todos os momentos do seu dia-a-dia. Isso gera uma ansiedade e acaba causando uma dependência da mídia de massa que, muitas vezes, engana, manipula e descaracteriza a cultura de um determinado povo.

Nesse contexto, o mundo passa por momentos de grandes decisões, que expressam a extrema necessidade de repensar comportamentos, atitudes e valores de dirigentes que colocam a humanidade em uma situação de grande risco e preocupação. Seja pela ameaça de guerras, destruição do meio ambiente, descaso com o dinheiro público, corrupção. Estes são apenas alguns exemplos que podem ser citados. Diante disso, o mundo volta-se para a busca de soluções sustentáveis antes que um grande *boom* negativo aconteça em escala mundial.

Por esta razão, responsabilidade social ganha importância estratégica que está intimamente ligada a mudanças de comportamentos, valores e paradigmas em prol da defesa de interesses dos mais difusos da cidadania.

Entretanto, a questão de responsabilidade social ainda se encontra associada à gestão empresarial ou ao empreendimento social, como foi observado pelo fato de a bibliografia utilizada estar ligada a estas questões.

Torna-se importante conscientizar todos o cidadão de que responsabilidade social é tarefa de todos e não exclusivamente de grupos organizados socialmente ou de empresas.

Atualmente, a responsabilidade social é trabalhada apenas com acadêmicos dos cursos de administração de empresas ou MBA para atualização de profissionais que trabalham em áreas de gestão empresarial.

Responsabilidade social é abrangente e precisa ser trabalhada de forma mais séria por toda a sociedade, não só nas relações empresariais, mas também no convívio social.

A escola não deve ser unicamente uma instituição formal de transmissão de conhecimentos, mas precisa preparar os cidadãos para serem os gestores econômicos, políticos e sociais do futuro.

Assim, pretende-se que a responsabilidade social e a conscientização, em longo prazo, sejam desencadeadoras de competências para uma excelente gestão de uma sociedade sustentável e de redes de relacionamentos entre os diversos grupos de atores sociais.

Para fundamentar este trabalho, optou-se por utilizar vários autores de áreas bem distintas, porque envolve áreas de conhecimentos diferentes, mas que estão interligadas por pontos em comuns em suas filosofias.

1.1 Caracterização do Problema

Para compreender o que será tratado neste trabalho, faz-se necessário um breve esclarecimento sobre responsabilidade social, educação, juventude cidadania e conscientização, questões que serão abordadas com maior profundidade no decorrer deste trabalho.

Ao se explicar responsabilidade, começa-se com a definição de Ablagnano (1998 apud TOLDO, 2001, p. 78): “Responsabilidade é a possibilidade de prever os efeitos do próprio comportamento e de corrigí-lo com base em tal

previsão.” Portanto, ser responsável é ter noção das reais conseqüências de seus atos.

Segundo Toldo (2002, p. 79), “Sociedade é onde estamos inseridos, agindo e participando das práticas comuns que buscam o atendimento a todos.” Dessa maneira, o social opõe-se ao individual, pois uma sociedade é um conjunto de indivíduos com características comuns retratadas em valores, cultura, vivências.

Então, pode-se definir responsabilidade social como uma forma que o indivíduo tem de conduzir suas ações de maneira que o torne co-responsável pela sociedade em que está inserido.

Quanto à educação, ela é um processo amplo, mas, na maioria das vezes, é entendida como instrução caracterizada como transmissão de conhecimentos restrita a estabelecimentos formais de ensino.

Educação, na abordagem tradicional, é caracterizada pela concepção de educação como um produto, pois os modelos a serem alcançados estão pré-estabelecidos. Trata-se da transmissão de idéias selecionadas e organizadas logicamente e, dessa forma, é encontrada em vários momentos da história.

Em uma abordagem comportamentalista, a educação está ligada à transmissão cultural, que deverá transmitir tanto conhecimentos como comportamentos éticos, práticas sociais e habilidades consideradas básicas para a manipulação e o controle do ambiente, seja ele cultural ou social.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu art. 1º, dispõe que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Neste trabalho, considera-se a educação como um ato dinâmico e ininterrupto, com o qual o ser aprende através do contato com um mundo, em constante transformação vivenciando e experimentando. Puebla (1997, p. 19) afirma que: “Educação é um processo contínuo, permanente de interação, que tem início antes do nascimento do indivíduo, com a educação de seus pais, e dura toda a vida, desenvolvendo-se em instituições específicas e além delas.”

No que diz respeito à juventude, ela é uma categoria sociológica e não uma categoria de idade, que representa um período no qual os seres fisiologicamente maduros para realizar funções da existência do adulto adquirem e aperfeiçoam as habilidades necessárias, a fim de desempenhá-las de uma forma social determinada na coletividade.

Sanchis (1997, p. 110) esclarece que, na realidade, a juventude, como categoria sociológica relevante, é um conceito muito recente, ligado à consolidação das sociedades industriais avançadas. Para Gil e Menéndez (1985, p. 17),

O ingresso na idade adulta aparece assinalado pela possibilidade de o indivíduo assumir uma responsabilidade quádrupla: produtiva (designação de um status ocupacional, laboral ou profissional estável), conjugal (designação de um parceiro sexual estável), doméstica (designação de um domicílio estável e autônomo) e parental (designação de uma prole dependente). Portanto, é jovem [...] todo indivíduo fisiologicamente maduro que ainda não tenha assumido responsabilidades produtivas, conjugais, domésticas ou paterno/filiais.

Em relação à definição de cidadania, percebe-se sua alteração ao longo do tempo seja por planos econômicos, políticos e sociais ou por conquistas resultantes de pressões exercidas pelos excluídos dos direitos e das garantias a poucos reservados. Pode-se definir cidadania como um conjunto de direitos e

privilégios de ordem política, social e econômica estabelecidos e garantidos pela legislação.

Segundo Janoski (1998), “Cidadania é a pertença passiva e ativa de indivíduos em um Estado-nação” com certos direitos e certas obrigações universais em um específico nível de igualdade.

No tocante à conscientização, concebe-se como uma prática exclusiva do homem, porque só ele pára, analisa, afastando-se do objeto analisado, reflete criticamente sobre o que observa e intervém junto ao objeto analisado, nunca esquecendo sua relação com este objeto, percebendo que no mundo tudo está interligado.

Para Freire (2001, p. 26),

A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “dês-vela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. [...] A conscientização não está baseada sobre a consciência, de um lado, e o mundo, de outro; por outra parte, não pretende uma separação. Ao contrário, está baseada na relação consciência-mundo.

1.2 Justificativa

Devido às grandes transformações sociais, no fim do século XX, temas como ética, filantropia, cuidados com o meio ambiente, transparência e valores têm sido freqüentemente divulgados com apoio da mídia razão pela qual percebe-se uma nova postura das empresas e do meio acadêmico em relação a eles.

Segundo Vieira (2001, p. 19)

Intelectuais, políticos, empresários e pesquisadores sociais apontam distorções, culpam o governo, criticam as políticas públicas e identificam gestores e instituições corruptas, ineficientes e ineficazes. Muito se fala, e pouco se faz de concreto e efetivo. Muitas vezes o que se fala esconde a inércia, o conformismo, a visão banalizada dos problemas, o ceticismo diante das questões sociais [...]
Convém agir – e agir rápido e de forma conseqüente. Uma ação verdadeiramente transformadora exige um novo paradigma - a busca de um novo modelo de relações entre comunidade, governo e setor privado.

Nota-se que a conscientização, através da educação, nasce, no lugar do estado de conformismo e passividade, um desejo de transformação provocado pelo reconhecimento do valor de cada um, de sua capacidade transformadora na qual a esperança de um futuro melhor na construção de um destino comum favorável a todos é vislumbrada pelos indivíduos, cidadãos que assumem uma postura de empreendedores sociais e locais.

Este trabalho justifica-se, porque há necessidade de preparar e conscientizar homens e mulheres, futuros profissionais, a atuarem nesse cenário de reivindicações de sustentabilidade, tarefa destinada aos pais e professores, formadores dos profissionais do futuro.

É identificando o que os jovens pensam e conhecendo quais são os seus anseios que se saberá como melhor abordar as questões relativas à construção de uma sociedade sustentável.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

O principal objetivo deste trabalho é perceber qual a interpretação que os alunos do ensino médio, com os quais esta pesquisa foi feita, a título de amostragem, fazem do termo responsabilidade social.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Delinear as questões mais significativas para os alunos associadas à responsabilidade social; e
- b) Constatar, por meio dos resultados da pesquisa realizada com os alunos, quais são as questões mais importantes para eles durante a vivência no Ensino Médio.

1.4 Estrutura do Trabalho

No primeiro capítulo, faz-se uma contextualização do tema e apresenta-se a justificativa e objetivos desta pesquisa. No segundo, expõe-se a fundamentação teórica que serviu de base para o fortalecimento das idéias. No terceiro, estão os procedimentos metodológicos que nortearam a análise dos dados colhidos através de um estudo de caso com alunos de Ensino Médio em uma escola particular. No quarto capítulo, estão os resultados desta pesquisa e as análises. Por fim, estão as conclusões e as reflexões sobre os resultados obtidos.

2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

2.1 Representações Sociais

Atualmente, mais do que em qualquer outra época, o conhecimento e as informações assumem importância cada vez maior para o entendimento do ser humano. Chauí (1978, p. 44) expõe que “o conhecimento é uma apropriação intelectual de um certo campo de objetivos e idéias”.

Segundo Chauí (1978), os processos que envolvem o pensamento estão relacionados com o conhecimento, que é um trabalho de reflexão e de compreensão que resulta na construção de representações mentais.

Este processo é determinante e resulta do sentido que cada indivíduo atribui aos objetos e/ou idéias que se apresentem na realidade. Esta construção do conhecimento é compartilhada e está repleta de significados que se expressam na linguagem. Como a linguagem é o instrumento mais importante da comunicação e a palavra é a maneira de expressar o significado, é imperativo que seja dada uma atenção maior aos significados que lhes são atribuídos.

As palavras não têm um sentido único. Cada palavra significa o que as pessoas estabelecem, por convenção, o que devem significar. Mesmo assim, há palavras à qual se dá um significado diferente do usual, com base em associações e vivências experienciadas no cotidiano.

De acordo com Moscovici (1991), as representações sociais se estabelecem por meio de um saber da realidade que se forma nas relações humanas com esta mesma realidade e que vão além das estruturas puramente lógicas.

Jodelet (1989) afirma que as representações mentais como formas de conhecimentos são estruturas cognitivo-afetivas que precisam ser entendidas, levantando-se em consideração o contexto que as geram e sua forma nas interações sociais do dia-a-dia.

Para Jodelet (1984), as representações sociais são fenômenos complexos, cujos conteúdos devem ser cuidadosamente desenredados de forma a consolidar-se como sistema de pensamento que sustentam práticas sociais.

[...] não basta apenas focar o fenômeno no nível intra-individual (como o sujeito processa a informação) ou social (as ideologias, mitos e crenças que circulam em uma determinada sociedade). É necessário entender, sempre, como o pensamento individual se enraíza no social (remetendo, portanto, às condições de sua produção) e como um e outro se modificam mutuamente (SPRINK, 1993, p. 89)

Durkheim esclarece que os conhecimentos e os pensamentos sociais são exteriores ao indivíduo, têm poder de coagir e de ordenar, levando a pensar e a sentir de acordo com o que está determinado pela sociedade. (JODELET, 1991)

Portanto, as representações sociais localizam-se entre o mundo social e o individual e tratam não de tradição, mas do que é nosso em uma sociedade em plena transformação. O conceito de representação social traz intrínseco a idéia de estrutura cognitiva específica e comum, algo que é ao mesmo tempo social e individual.

Segundo Abric (1994), representação social é uma forma de percepção global e unitária de um sujeito. Ela reorganiza a realidade para permitir uma interação não das características objetivas do objeto, mas das experiências anteriores do sujeito e do seu sistema de comportamento e normas.

Assim, para um melhor entendimento e análise dos processos de geração das representações sociais, deve-se compreender os conceitos de objetivação e ancoragem que se elaboram na memória.

Para Doise (1986), o processo de objetivação estabelece o concreto naquilo que é abstrato. É um processo pelo qual noções, idéias e imagens desconhecidas são transformadas em algo concreto que constitui a realidade. Como cita Guareschi (1994, p. 18), “[...] tornar concreta, como que visível, uma realidade que procura nos escapar das mãos”.

O processo de ancoragem, segundo Doise (1992) visa tornar conhecido o não conhecido. É um processo de classificação no qual nomeia-se as coisas. Ao se denominar o diferente, torna-o comparável, adquirindo características da categoria existente a que mais se ajusta, tornando-o conhecido em função da memória.

Moscovici (1961, p. 25) afirma que: “a representação social é a organização de imagens e linguagens porque ela realça e simboliza atos e situações que nos são ou se nos tornam comuns”.

De uma forma ativa, a apreensão da representação e a organização de imagens e linguagens ocorrerão pelo forjar do que é fornecido do exterior, à medida que os indivíduos e os grupos interagem com o objeto.

A representação social expressa-se das mais diferentes formas, determinando comportamentos, pois define ao mesmo tempo a natureza dos estímulos que cercam e provocam o indivíduo bem como o significado de suas respostas.

2.2 Os Setores

Apenas dois setores compreendiam a ordem sócio-política: o público (o Estado) e o privado (o mercado), que conviviam de forma tumultuada na maioria das vezes e, quando entravam em acordo, isso refletia em ganho de alguns privilegiados da sociedade.

O primeiro setor é o governo, que é responsável pelas questões legais. O segundo setor é o privado, responsável pelas questões individuais. Com a falência do Estado, o setor privado começou a *ajudar* nas questões sociais, através das inúmeras instituições que compõem o chamado terceiro setor. Ou seja, o terceiro setor é constituído por organizações sem fins lucrativos e não-governamentais, que tem como objetivo gerar serviços de caráter público. (KANITZ, Disponível em: <<http://www.cmc.com.br/anexos.>>. Acesso em 16 out. de 2003)

Ao lado desses dois setores clássicos, que conviviam em um dualismo maniqueísta, começou a se firmar o terceiro setor, que surgiu para prestar serviços à sociedade sem a interferência do Estado e a ambição do mercado.

O *third sector*, ativo em sociologia nos Estados Unidos, surgiu na primeira metade do século XX. Posteriormente, foi traduzido como terceiro setor, resultante do comportamento filantrópico que a maioria das empresas norte-americanas mantiveram ao longo da história. Essa expressão é usada paralelamente com: *non profit organizations* (organizações sem fins lucrativos), cujos lucros não podem ser distribuídos entre sua diretoria e seus associados; e *volunteerism* (voluntariado), que compreende uma série de ações que fazem parte da rede informal da solidariedade e que ajuda na construção de comunidades mais unidas, estruturadas e, conseqüentemente, mais fortalecidas, buscando satisfazer as suas necessidades mais básicas.

Ao longo do tempo, a terminologia terceiro setor e o seu o conceito evoluíram. Conforme Fernandes (1993 apud IOSCHPE, 2000, p.25-26),

A lei inglesa, tradicionalista como é, usa uma expressão mais antiga para designar nosso objeto. Fala de “caridades” (charities), o que remete à memória religiosa medieval e enfatiza o aspecto da doação (de si para o outro) que caracteriza boa parte das relações idealizadas nesse campo. A noção de “filantropia”, contraponto moderno e humanista à caridade religiosa, também aparece com frequência, sobretudo na literatura anglo-saxã. “Mecenato” é outra palavra correlata, que nos faz lembrar a Renascença e o prestígio derivado do apoio generoso às artes e ciências [...] Da Europa continental vem o predomínio da expressão organizações não governamentais (ONGs), cuja origem está na nomenclatura do sistema de representações das nações Unidas.

Fernandes (1993 apud IOSCHPE, 2000) explica que foram nomeadas organizações não-governamentais, as organizações internacionais sem vínculo com os governos, cujas ações justificam uma representação formal na organização das Nações Unidas, sendo apresentados os exemplos do Conselho Mundial de Igrejas e da Organização Internacional do Trabalho.

Com o incentivo das Nações Unidas, as organizações não-governamentais européias procuraram parceiros em todo o mundo, com o intuito de executar projetos de fomentação de processos em países em desenvolvimento. Através destes mecanismos, que surgiram as ONGs nos países do hemisfério sul e, conseqüentemente, no Brasil, onde a denominação mais popular é organização da sociedade civil.

Segundo Fernandes (1995 apud IOSCHPE, 2000), no século XVIII, o conceito de sociedade civil referia-se à totalidade das organizações privadas que interagiam livremente na sociedade. Entre elas, as empresas e seus negócios limitados e integrados pelas leis nacionais.

Recuperado o conceito de sociedade civil que teve papel representativo na filosofia política moderna, nos períodos de lutas contra o autoritarismo na América Latina e no Leste Europeu, resgatou-se a idéia da participação nas causas coletivas, conquistando um espaço próprio não governamental. Hoje, a sociedade civil distingue-se do Estado por marcar um espaço de integração cidadã que, paralelamente, diferencia-se da lógica do mercado, em função da promoção de interesses coletivos, surgindo, então, o conjunto de organizações que formam o terceiro setor.

Nota-se que, como expressão de linguagem, o terceiro setor é mais uma expressão entre várias outras no âmbito do discurso. No Brasil, é menos utilizada que em países desenvolvidos. Mesmo assim, é reconhecida em notícias da mídia e comentada em reuniões informais.

A consolidação do terceiro setor passa pela conscientização de se colaborar ativamente na criação de uma sociedade mais participativa e mais preocupada com o bem-estar da comunidade.

O conceito de terceiro setor afirma-se quando se contrapõe à lógica do poder que prevalece no Estado e à lógica do lucro visado pelo mercado. Com isso, tem-se mostrado cada vez mais dinâmico, empreendendo uma série de iniciativas em favor do cidadão que comprova o valor solidário e orienta suas ações empresariais ou individuais com uma participação que não visa lucro (eventuais lucros são reinvestidos no bem público) e que não é parte do governo, mas pode responder às necessidades da população, como se observa no quadro a seguir:

ELEMENTOS DEFINIDORES	DESCRIÇÃO
FOCO	Bem-estar Interesse comum
QUESTÕES CENTRAIS	Pobreza, desigualdade, exclusão social
ENTIDADES PARTICIPANTES	Empresas privadas, Estado, ONGs e Sociedade Civil
NÍVEL DE ATUAÇÃO	Comunitário e de base
TIPOS DE AÇÕES	Ações de caráter público e privado, associativas e voluntárias

Quadro 1 – Elementos definidores do terceiro setor

Fonte: Melo Neto (1999). Responsabilidade social e cidadania empresarial:

Através da história, é possível dizer que o terceiro setor é na verdade o primeiro setor, porque, somente depois que a comunidade foi estabelecida, surgiu o comércio, o governo. Este é um processo que se modificou através do tempo, sob uma falsa aparência de que um mercado forte tornaria a comunidade forte.

Grajew (2000, p. 39) julga que “[...] não há nenhum conceito novo quando se pensa em responsabilidade social. O que há, na verdade, é um novo olhar, uma nova maneira de compreender as questões que envolvem todas as relações humanas [...]”

Após a falência do Estado burocrático que estava sob o controle das elites dominantes, somado à desmistificação do mercado, faz-se necessário que as pessoas unam-se a fim de negociar e discutir novas ações para a sociedade civil, buscando uma parceria entre o governo e o terceiro setor para acabar com a dicotomia entre pobreza e riqueza. Neste aspecto, reside a grande responsabilidade social da força de trabalho do terceiro setor.

2.3 A Construção de Novo Paradigma

De acordo com Roure (2001 apud MELO NETO e FRÕES, 2002, p. 32), “a única maneira de transformar a realidade social é através da emergência de um novo paradigma”.

Acrescentam Melo Neto e Froes (2002, p. 32) que: “Este novo paradigma constitui uma maneira diferente de pensar a comunidade e o seu desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ético e ambiental.”

Em seu livro *Empreendedorismo Social* os autores sugerem que é no modelo de empreendedorismo social que este novo jeito de pensar a comunidade que se deseja realmente ver transformada processa-se.

O que realmente se deseja é transformar a sociedade atual imersa num emaranhado de problemas sociais, numa sociedade com as seguintes características:

- capaz de gerar renda por si só, por iniciativa de seus próprios atores sociais;
- *lócus*, cujo espaço público se revitaliza e se amplia através do exercício pleno da cidadania;
- de justiça social e de ética;
- provedora de parceria e arranjos institucionais sob a forma de redes sociais;
- geradora de melhor qualidade de vida para seus atores;
- estimuladora de práticas sociais empreendedoras e humanitárias;
- alvo de atividades social, cultural, econômica e ambiental sustentadas (MELO NETO e FROES, 2002, p. 32).

Melo Neto e Froes (2002, p. 33) prosequem relatando os pressupostos fundamentais em que o paradigma do empreendedorismo encontra bases para transformar a realidade social:

- reflexão junto com as comunidades;
- criação e desenvolvimento de soluções antes impossíveis de inserção social em seu sentido mais amplo;
- existência do exercício pleno da cidadania;

- enfoque da sociedade em termos de geração de renda, produtividade, justiça social e ética;
- estabelecimento de novas parcerias, com total integração entre governo, comunidade e setor privado;
- foco na melhoria da qualidade de vida dos atores sociais;
- reversão do distanciamento entre economia, sociedade e ética;
- incremento de práticas sociais empreendedoras e de reforço da solidariedade social local.

É importante fazer um esclarecimento do que seja empreendedorismo.

Segundo Melo Neto e Froes (2002, p. 6), o empreendedorismo é um neologismo derivado de livre tradução da palavra *entrepreneurship*, sendo utilizado para designar os estudos relativos ao empreendedor, seu perfil, suas origens, seu sistema de atividades, seu universo de atuação também, é visto como um ramo da administração de empresas, que enfatiza a criação, o desenvolvimento e a gestão de novas organizações; como uma disciplina, um campo de estudos da arte e da ciência gerencial, em que o foco de atuação é a formação de novos empreendedores e o desenvolvimento de habilidades empreendedoras; como uma política de ação do governo, das empresas e da comunidade, gerando uma alternativa para a promoção do desenvolvimento econômico e social locais; e finalmente como o suporte indispensável ao desenvolvimento auto-sustentável das micro, pequenas e médias empresas, cujo órgão representativo no país é o SEBRAE.

De acordo com esse paradigma embasado no empreendedorismo social e alicerçado nos valores da cidadania, surge uma nova proposta de desenvolvimento social que, mediante a intermediação da sociedade, causadora da atual impulsão e, principalmente, responsável pelo direcionamento de comportamentos empreendedores, indicará “[...] propostas de soluções para os problemas sociais, novas estratégias de inserção social, projetos sociais inovadores e as ações empreendedoras auto-sustentáveis” (MELO NETO; FROES, 2002, p. xvii).

2.4 Histórico da Responsabilidade Social

Tomei (1981 apud MIRANDA, 2002, p. 244-245) relata que, por volta de 1100, considerada a era pré-empresarial, a ética do empreendimento foi determinada com o julgamento pessoal do empreendedor, sendo profundamente influenciada por questões religiosas e agregações sociais. De 1100 a 1300, houve a influência da Igreja Católica, conhecida como a era do pequeno capital. Na Revolução Industrial, ocorrida no fim do século XVIII, a responsabilidade social difundiu-se com a produção de grande quantidade de produtos a preços acessíveis. Essa idéia imperou até a Segunda Guerra Mundial quando entrou em cena o capitalismo financeiro. Somente a partir desse momento, com a elaboração de leis, passou-se a orientar as condutas nos negócios e o conceito de responsabilidade social começa a abarcar outras questões como a ambiental. Atualmente, de acordo com Vincent et al. (2000 apud MIRANDA, 2002, p. 245), “[...] as empresas devem-se inserir no contexto do desenvolvimento sustentável, ou seja, assumir uma tripla responsabilidade: ambiental, social e econômica”. Mas, talvez essa responsabilidade vá além, pois não se deve contemplar só os aspectos ambiental, social e econômico, como também o político e o ético.

A seguir, pode-se observar no quadro, quais as ações sociais ao longo da história, que ajudam a compreender a evolução do conceito de responsabilidade social.

Período	Ações Sociais
3.000 a.C.	As primeiras civilizações egípcias desenvolvem um severo código oral com base na justiça social, encorajando as pessoas a ajudarem os outros em suas necessidades. Exemplo: transporte de um lado para outro do rio gratuito para pobres; o faraó dá abrigo, pão e roupas para os pobres.
274-232 a.C.	Na antiga Índia, o imperador budista Asoka determina a instalação de postos médicos, escavação de poços e, já preocupado com o meio ambiente, a plantação de árvores. Na antiga sociedade grega, viajantes recebem abrigo e comida nas casas dos ricos ou usufruem a hospitalidade dos camponeses. Os profetas judeus são os pioneiros das modernas organizações promotoras de campanhas pela justiça social, política e econômica. Pregam que os pobres tinham direitos e os ricos, deveres. A pioneiras igrejas cristãs criam os fundos de apoio a viúvas, órfãos, enfermos, pobres, deficientes e prisioneiros.
231 d.C.	O imperador Constantino I autoriza o primeiro legado que permite a doação de recursos para a caridade. A filantropia no mundo islâmico é usada para montar grandes hospitais. Pacientes indigentes recebem cinco peças de ouro ("fundos de miséria") assim que saem do hospital.
Século XVI	Os reis Henrique VIII e Eduardo VI confiscam hospitais e propriedades de associações. O Estado, com a Reforma, passa a interferir no sistema de bem-estar social, arrogando-se as então atribuições da Igreja – isso em virtude do aumento de impostos.
1526	O espanhol Juan Luiz Vives propõe um censo da população indigente, investigações detalhadas de casos individuais, aplicação de medidas destinadas a reabilitações permanentes, e melhora a coordenação das atividades de caridade. Dessa forma, adota uma abordagem mais estratégica para aplicação de suporte social.
1572	A rainha Elizabeth I aprova uma lei que permite às paróquias imporem uma taxa de "pobreza" para ajudar a manutenção de instituições de caridade e dos locais de trabalho, subsidiando as ações de caridade com dinheiro público.
1601	A rainha Elizabeth I aprova o Charitabel Act, lei sobre o uso das doações de caridade que somente contemplavam: alívio aos idosos, incapazes, pobres; manuseio dos enfermos, soldados e marinheiros feridos, escolas de aprendizado, escolas livres e acadêmicos em universidade; reparo de pontes, portos, enseadas, estradas, igrejas, diques, educação e cuidado de órfãos; ajuda financeira, abastecimento ou manutenção de casas de correção; casamento de noivas pobres; apoio familiar; ajuda para jovens comerciantes, artesãos e pessoas debilitadas; ajuda a prisioneiros ou indivíduos capturados ou sua libertação, e facilidades aos habitantes pobres para pagamento de impostos.
1834	Aprovada a lei "Emenda dos pobres", que reduz consideravelmente o auxílio aos pobres.
1869	Fundação da Charity Organization Society, que incentiva gastos responsáveis com os pobres, evitando assim a dependência da assistência social. Hoje essa organização chama-se Family Welfare Association.
1917-1945	A maioria dos países acredita que cabe ao governo suprir as necessidades comunitárias de uma sociedade por meio de programas sociais.
Década de 20	Criado o fundo comunitário Community Chest, exigindo que os ricos ajudem os pobres.
1923	O juiz inglês Hohn Fletcher Moulton discorre sobre os três domínios da ação humana: domínio da lei, em que as nossas ações são prescritas por leis acima de nós; domínio do livre-arbítrio, áreas onde desfrutamos de completa liberdade ou preferência pessoal; domínio da obediência ao que não pode ter seu cumprimento exigido", que engloba dever moral, responsabilidade social e comportamento adequado. Esse domínio se refere a todas as oportunidades de fazer o que é certo em que os indivíduos se oferecem voluntariamente para agir em favor de alguma causa.
Décadas de 30/60/70	As regulamentações governamentais, junto com o movimento dos direitos civis e de proteção aos consumidores, responsabilizam as grandes corporações pelo crescente número de problemas sociais.
Década de 60	Os economistas insistem em que o "capital humano" seja tratado como um ativo a ser alimentado para a obtenção de lucros. Criação de Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) no Brasil, que reconhece a função social das empresas.
1960	Obras de críticos sociais como Kenneth Galbraith, Vance Packard e Rachel Carson equecionam problemas sociais e suas soluções.
1962	Audiências no Congresso dos Estados Unidos e o presidente Kennedy identificam correções executivas e legislativas em defesa consumidor.
1966	O presidente Johnson legitima o interesse pelo consumidor e o aparecimento de organizações de educação do consumidor, que reforçam o interesse público.
Década de 70	Campanha antidrogas nos Estados Unidos não consegue persuadir os jovens a mudar suas atitudes.

Período	Ações Sociais
1970	A Kolynos do Brasil inicia um programa de educação para saúde bucal em escolas.
1971	Philip Kotler e Gerald Zaltman introduzem o conceito de marketing social.
1976	Criada na cidade de Brighton, Inglaterra, a The Body Shop, loja de cosméticos preocupada em utilizar produtos que não sejam testados em animais, não agredam o meio ambiente, ajudem a preservar a floresta amazônica e tenham como base o desenvolvimento sustentável.
1977	Na França, lei obriga a elaboração do balanço social das empresas que tenham mais de 750 funcionários.
Década de 80	Sociólogos observam que as comunidades precisam de “capital social”, ou um senso de aceitação.
1982	A Câmara Americana do Comércio de São Paulo institui o prêmio Eco de Cidadania Empresarial. Na França a obrigatoriedade do balanço social passa a valer para empresas que tenham mais de 300 funcionários.
1984	Publicado o primeiro balanço social de uma empresa brasileira, a Nitrofertil.
1986	Criação da Fundação Coca-Cola nos Estados Unidos. Lançados e Projetos Coca-Cola de Valorização do Jovem nos Estados Unidos, Porto Rico e Inglaterra.
1987	Programa Coca-Cola no Teatro promove e patrocina peças de teatro e espetáculos de cunho educacional.
1989	Andrew Carnegie publica o livro O evangelho da riqueza, estabelecendo a abordagem clássica de responsabilidade social das grandes empresas com base em dois princípios: o da caridade e o da custódia.
Década de 90	Lester Thurow declara que o conhecimento, ou “Capital intelectual”, era o recurso mais importante de uma comunidade. Mas ainda é uma visão limitada, pois é o “capital da sabedoria” que favorece o bem-estar da comunidade, com as pessoas se ajudando com essa finalidade.
1992	O Banespa publica um relatório completo de suas ações sociais. A Eco 92, no Rio de Janeiro, discute a importância do meio ambiente e o papel de todos para preservá-lo.
1993	Criado o Instituto Credicard, mantido pelas empresas Credicard S.A. e Redecard S.A. O sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, lança a campanha nacional Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida e conquista a adesão do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), fato que marca a aproximação do empresariado brasileiro com os movimentos sociais do país.
1997	O empresário brasileiro Oded Grajew cria o Instituto Ethos para dedicar-se às causas sociais. O sociólogo Betinho introduz o “balanço social” e, junto com a Gazeta Mercantil, cria o selo do Balanço Social para estimular a participação das empresas. As deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling apresentam projeto que se transformou na lei n. 3.116/97, que prevê a obrigatoriedade do balanço social para as empresas privadas com 100 ou mais funcionários e para as demais empresas. Um estudo realizado pela Walker Reserch descobre que 76% dos clientes preferem seguir/adquirir marcas de uma empresa ligada a uma boa causa.
1998	Fundação do Instituto Coca-Cola no Brasil. A Coca-Cola implanta o Projeto de Valorização do Jovem no Brasil.
1999	68 empresas realizam seu balanço social no Brasil. A Câmara Municipal de São Paulo institui o selo Empresa Cidadã, premiando e reconhecendo as empresas que praticam responsabilidade social e que publicam o balanço social. Em fevereiro, Cappelin e Giuliani vinculam a responsabilidade social à estratégia de manutenção das empresas em artigo no Boletim do Ibase. A Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB) institui o prêmio Top Social.

Quadro 2 – Ações sociais ao longo da história

Fonte (Pagliano, Faria, Lago, Cruz & Silva, In: Instituto Ethos org., 2002)

2.5 A Origem do Termo Responsabilidade Social

Segundo Oliveira (2002, p. 200), o termo responsabilidade social surgiu, pela primeira vez, em um manifesto escrito por 120 indústrias inglesas. Este manifesto definia as ações responsáveis que os dirigentes das indústrias deveriam adotar em relação com os vários interesses públicos, fossem eles consumidores, funcionários, acionistas, ou seja nação em geral.

Entretanto, as primeiras manifestações surgiram no início do século XX com os americanos Charles Eliot, em 1906; Hakley, 1907; Hjonh Clark, em 1916 e, em 1923, com o inglês Oliver Sheldon. Todos eles defendiam a idéia de incluir, além do lucro dos acionistas, a questão social entre as prioridades das empresas. Contudo, tal orientação não obteve aceitação e eles foram ignorados.

O estudo e os debates sobre responsabilidade social tiveram seu marco inicial com lançamento do livro de Howard Bowen, *Responsibilities of the businessman*, nos Estados Unidos, em 1953.

Oliveira (2002, p. 201) explica que as transformações e os acontecimentos sociais ocorridos na década de 60 favoreceram para que, nas décadas de 70 e 80, o termo responsabilidade social ganhasse projeção e fosse associado à ética e à qualidade de vida. Estas idéias que estavam fervilhando nos Estados Unidos, foram rapidamente difundidas nos países do Leste europeu.

A Alemanha foi uma das pioneiras a desenvolver o tema e a implantá-lo em suas empresas. No entanto, foi a França quem obrigou suas empresas, que tinham no mínimo trezentos funcionários, a prestar balanços de seu desempenho social. Nos países do capitalismo periférico, imersos em recessões e submetidos a grandes interesses internacionais, a difusão desta prática ficou prejudicada.

Somente durante a década de 80 foi que a responsabilidade social encontrou terreno favorável à sua propagação e a debates. Hoje, a responsabilidade social não está mais ligada apenas à ética empresarial, porque ela perpassa todos os âmbitos da vida dos cidadãos, como afirma Oliveira (2002, p. 201): “Atualmente, a noção de responsabilidade social deixou de ser um aspecto da ética empresarial para transformar-se em doutrina.”

O significado de responsabilidade social muda de acordo com a época e a situação vigente, mas a idéia pressupõe ação comprometida com uma missão, uma razão. Como ação, ela necessita de agentes sociais, que são os governos, empresas privadas, sociedade civil e terceiro setor, criando uma rede que envolve outros agentes, como comunidade, fornecedores e clientes. Desta interação, surgem ações que buscam beneficiar a sociedade e criar condições para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, consciente de seus direitos e deveres e mais participativa para melhorar a qualidade de vida.

2.6 Filantropia e Solidariedade

Tanto a idéia de filantropia como a de solidariedade são equivalentes, pois a idéia de qualidade de vida da sociedade depende do amadurecimento político de seus membros, de estarem realmente comprometidos com o bem-estar de seus semelhantes. A palavra filantropia, de origem grega, significa amor ao homem, no sentido de fazer o bem, oferecer apoio, na forma de doação ou caridade. No termo solidariedade, mais do que doação ou caridade, está intrínseca a idéia de reciprocidade entre os indivíduos, tanto em direitos como em obrigações. Por esta

razão, a filantropia e a solidariedade podem ser consideradas o início da prática da responsabilidade social.

A responsabilidade social no Brasil ainda acontece em algumas empresas de maneira informal, sem um planejamento, avaliação ou supervisão, realmente como um ato de filantropia simples na maioria das vezes, mas que se traduz em um ato de conscientização da necessidade de ser uma ação da empresa que pode reverter em benefícios reais para ela mesma.

Segundo Orchis, Yung e Morales (2002 p. 61),

A filantropia na gestão social responsável do setor privado caracteriza-se como doações de recursos financeiros, materiais e humanos à comunidade e a instituições do terceiro setor, devendo ser um comprometimento real da empresa.

No entanto no Brasil ainda é caracterizada como doações espontâneas de proprietários ou diretorias, sem planejamento, orçamento prévio, monitoramento ou avaliação estando baseada em fatores humanistas e religiosos e, principalmente, no fato de a realidade econômica e social brasileira constituir uma ameaça para a prosperidade da empresa.

Portanto, o envolvimento e o compromisso das empresas brasileiras com seus projetos sociais são fundamentais para a modernização e profissionalização do conceito de filantropia, que é caracterizado pela sinergia gerada do complemento das ações assistenciais e promocionais.

Por outro lado, quando se fala de filantropia estratégica e solidariedade corporativa, dá-se um novo rumo a estas práticas, ou seja, o conceito muda e entra na gestão da responsabilidade social. Estas práticas vêm sendo adotadas por algumas empresas com o intuito de atingir objetivos de natureza estratégica, como aumento nas vendas, no lucro e na produção, e conquistar novos mercados. Ainda que as empresas privadas persigam o lucro, percebe-se que a adoção de uma filosofia de participação e de cooperação com as comunidades nas quais estão inseridas demonstra responsabilidade social.

No Quadro 3, encontra-se subsídios para avaliação de uma determinada empresa com a finalidade de saber seu grau de responsabilidade social, lembrando a importância de esta empresa ter uma noção clara do significado de responsabilidade social e ser socialmente responsável pela comunidade em que se encontra inserida.

Vetores	Graus	0	1	2	3
		Nenhum	Baixo	Médio	Alto
Desenvolvimento da comunidade					
Preservação do meio ambiente					
Ambiente de trabalho agradável					
Comunicações transparentes					
Retorno aos acionistas					
Sinergia com os parceiros					
Satisfação dos clientes					
TOTAL					

Quadro 3 - Matriz para avaliação da responsabilidade social da empresa

Fonte: Melo Neto e Froes, 2002, p. 82

Para que uma empresa seja considerada socialmente responsável, é importante que os resultados atinjam os graus 2 e 3 em todos os vetores. As empresas que obtiverem resultados de 0 a 1 em três vetores, exceto nos dois primeiros, demonstram que fazem um esforço adicional para se manter socialmente responsável e aquela que obtiver 0 ou 1 nos vetores “desenvolvimento da comunidade” e “preservação do meio ambiente” não será considerada socialmente responsável, nem mesmo se os outros vetores receberem 2 e 3. Isto mostra a mesma idéia de que sobreviver, assim como a realização pessoal, depende do convívio solidário, o que reforça a idéia da interdependência dos seres.

A idéia que alguns empresários têm de que os problemas sociais são reflexos de situações mais profundas e complexas e que por isso não empregam esforços para mudar a própria empresa, como implantar uma responsabilidade

social interna, uma das dimensões deste tema e que não investem também em novas atitudes com os clientes, os fornecedores ou a comunidade, não se ocupando da responsabilidade social externa, a outra dimensão deste tema, estão fadados a terem de administrar futuros problemas em sua empresa.

Atualmente, ter uma postura ética, responsável e consciente, diante do consumo e da sociedade, são exigências que permeiam as relações sócio-econômicas e políticas no mundo. Das empresas, exigiu-se que apresentem uma postura ética e responsável nas suas relações com os *stakeholders*, que são os agentes envolvidos com ela, como os clientes, consumidores, funcionários, acionistas, fornecedores, governo, comunidade, concorrente, grupos e movimentos.

Percebe-se que há mudança no comportamento do consumidor, que consciente do poder transformador de seu ato de consumir, faz suas escolhas tendo em vista as atitudes sociais e ambientais adotadas pelas empresas. Esse comportamento é mais visível ainda entre os consumidores europeus e estadunidenses, mas em outros países também nota-se, mesmo que em menor escala, esta postura.

Uma empresa que age sem ética e responsabilidade social pode sofrer variadas perdas empresariais, conforme as citadas por Lourenço e Schröder (2003, p. 110).

- má imagem e diminuição das vendas, pelo enfraquecimento e boicotes à marca e ao produto;
- quedas das ações e afastamento dos investidores, pela desvalorização da empresa na sociedade e no mercado;
- publicidade negativa, advinda da geração na mídia de denúncias e propagandas contrárias às ações da empresa;
- reclamações de clientes e perda de futuros consumidores, por causa da propaganda enganosa e da falta de qualidade e segurança dos produtos;
- pagamentos de multas e indenizações, ocasionadas por danos ao meio ambiente, danos físicos ou morais aos funcionários e

- consumidores, desobediência às leis e escândalos econômicos e políticos,
- baixa produtividade, pela maior exploração, insatisfação ou desmotivação dos empregados.

Segundo Lourenço e Schöder (2003, p. 110), as ações somadas às omissões das empresas têm provocado vários acidentes que, além de destruírem a natureza, promovem a deteriorização da qualidade de vida de toda a sociedade, sem falar nas perdas econômicas. No caso das companhias de petróleo, os prejuízos são enormes quando ocorrem acidentes, por causa da negligência e descuido das empresas. Por isso, faz-se necessária uma conscientização dos reais prejuízos e uma fiscalização mais eficaz para evitar acidentes que possam gerar verdadeiras catástrofes.

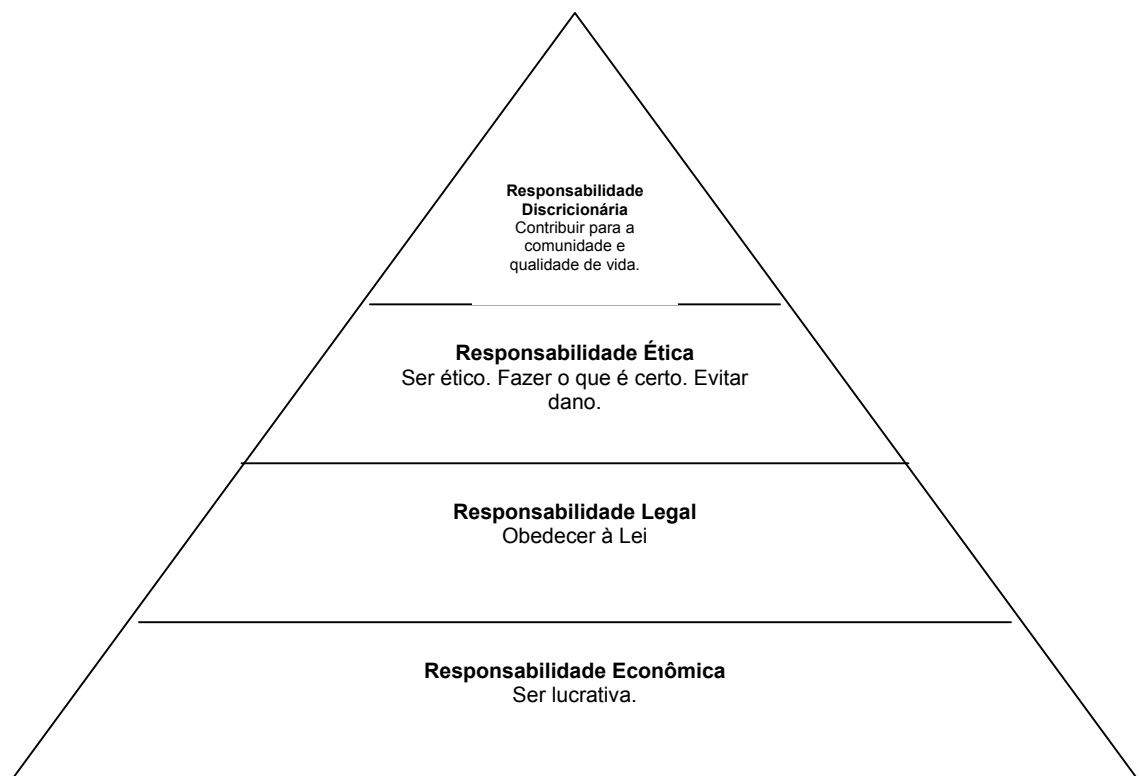


Figura 1 – Os quatros tipos de responsabilidade social total responsabilidade social da organização

Fonte: (Carroll, 1999, p. 90, In: Instituto Ethos org., 2003).

2.7 Voluntariado

É importante ressaltar os esforços que a Organização das Nações Unidas faz para difundir, incentivar e patrocinar atividades voluntárias nos países que fazem parte da organização.

A Assembléia Geral das Nações Unidas determinou, em 20 de novembro de 1997, que o ano de 2001 seria o Ano Internacional do Voluntariado.

A idéia de criar um ano internacional do voluntariado foi concebida depois de várias conversas entre organizações voluntárias de todo o mundo, destacando-se a Associação Internacional para o Esforço Voluntário (IAVE), o Centro Europeu de Voluntariado (EVC) e a Associação Cristã de Moças (YWCA).

Em 1996, a idéia de criação da International Year of Volunteers (IYV) foi levada ao Fórum da Política das Nações Unidas para Voluntariado, no Japão. O Fórum debateu sua importância e apoiou a proposta, que foi enviada para o Programa de desenvolvimento das Nações Unidas, em que os Estados-membros declararam-se a favor da proposta. Endossada por diversas organizações voluntárias, entre elas a própria Organização das Nações Unidas, o governo do Japão sugeriu que a proposta fosse acrescentada à pauta da reunião de julho de 1997 do Conselho Sócio-Econômico. A idéia foi acatada e seguiu para a Assembléia Geral que, em 20 de novembro de 1997, com o apoio de 123 governos, declarou 2001 como o Ano Internacional dos Voluntários.

O trabalho voluntário difere de país para país, pois, dependendo das suas tradições, culturas, valores e necessidades, as Nações Unidas, sabedora

dessas particularidades, passa a considerar o seu Programa de Voluntários como prioridade.

As principais metas atingidas com o IYV foram:

- a) aumento do reconhecimento do trabalho realizado pelos voluntários e das ações voluntárias;**
- b) promoção do voluntariado e da grande contribuição dos voluntários;**
- c) facilitação de oportunidades às pessoas que desejam se tornar voluntários para atender as pessoas que precisam de ajuda;**
- d) melhoria de viabilização de contratos para as pessoas envolvidas nas questões do voluntariado.**

Este foi um momento para aumentar a consciência das pessoas sobre temas importantes e incentivá-las para tomarem uma atitude frente a essas questões.

Foi também uma oportunidade ímpar para divulgar as atividades de milhões de voluntários por todo o mundo e para encorajar mais pessoas a se solidarizarem com os problemas sociais que afligem milhões de pessoas no mundo todo, como a pobreza, a fome, as doenças, a violência e a uma infinidade de outros problemas sociais.

2.7.1 O voluntariado no Brasil

Observou-se que muitas das recomendações da Resolução das Nações Unidas para o Ano Internacional dos Voluntários não foram seguidas

no Brasil, mas, mesmo assim, a solidariedade que caracteriza o voluntariado, historicamente presente na sociedade brasileira há muito tempo, está cada vez mais fortalecida.

Anteriormente, o voluntariado estavam associado às tradições religiosas e atualmente o trabalho voluntário “atrai até mesmo os que estão à margem da sociedade” Gillette (2002, p. 22), oferecendo competência, calor humano, compreensão e sensibilidade, o que na maioria das vezes os programas estatais não oferecem.

Com o advento da globalização, o trabalho voluntário entra em um novo tempo, crescendo e aperfeiçoando-se conforme o tipo de ajuda oferecida. Vê-se uma série de voluntários trabalhando com causas específicas como, por exemplo, voluntariado social (ajuda aos destituídos de moradia), voluntariado humanitário (ajuda a refugiados), voluntariado de defesa de causa (direitos humanos em geral), entre outros.

Para Pascoal (2001, p. 2), “a mídia responsabilizou-se pelo papel estratégico de divulgador e multiplicador de boas idéias e tornou-se voluntária na formação de um Brasil mais crítico, atento aos compromissos de responsabilidade social”.

Por outro lado, Gillette (2002) considera que a ação voluntária pode ser manipulada e aproveitada para servir a interesses políticos. Entretanto, essa atividade, tem cumprido com o seu papel e promovido a paz, o progresso social e o entendimento entre comunidades.

Em julho de 2001, foi realizado em São Paulo o 1º Congresso Brasileiro do Voluntariado, com o intuito de fazer um balanço das iniciativas existentes e reformular propostas para consolidar o voluntariado no Brasil.

Ainda não foram constatados resultados conclusivos, mas, segundo Junqueira (apud AVANCINI, 2001), os especialistas mostram-se preocupados com a grande rotatividade nos grupos de voluntariados no país, que é estimado entre 50 e 60% das pessoas que se dispõem a atuar no terceiro setor. Domeneghetti (2001) explica que muitas vezes o desinteresse ocorre porque a entidade civil mostra amadora e não está preparada para receber o voluntário. Ao mesmo tempo, observa-se que a tendência é que isso venha a se modificar em um curto espaço de tempo, provocando assim “uma mudança nas entidades do Terceiro Setor que, cada vez mais, estão se organizando e criando estruturas para receber os voluntários”.

2.7.2 O Brasil e o setor social

O crescimento do terceiro setor no Brasil é um fenômeno das últimas três décadas. Esta mobilização de recursos privados para fins públicos está rompendo com a tradição inversa e perversa representada pela apropriação privada dos recursos públicos.

As organizações não-governamentais de caráter público surgiram decorrente do encontro da solidariedade com as lutas pelos direitos em um momento histórico, em que a sociedade brasileira estava dominada pela repressão política e pela dominação econômica, ou seja, pelo Estado e pelo Mercado, que se fortaleciam um ao outro. Estas organizações multiplicaram-se com base nas relações interpessoais e nas redes de ajuda, que se traduziam em movimentos para a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

As necessidades sociais, transformadas em oportunidades de adoção de uma nova postura, a doação do tempo, trabalho e talento, mobilizaram as pessoas, transformando a sua atuação em trabalho voluntário, que hoje ultrapassa as fronteiras do benefício para o outro, mas representa, também, oportunidade de aprendizagem e de agregar novos valores à própria vida, por meio da formação de vínculos e vivência de novas experiências.

No terceiro setor, Fernandes (1994) identifica as expressões articuladoras que reúnem as atividades desse campo, relacionando-as às épocas com as quais se identificam: comunidade e movimentos sociais, nos anos 70; cidadania e sociedade civil, nos anos 80; sem fins lucrativos e não-governamental, nos anos 90.

Atualmente o terceiro setor abrange entidades sem fins lucrativos que buscam desenvolver ações sociais, no qual a natureza de suas ações envolve a filantropia e os investimentos em projetos sociais. Uma das características das ações sociais do setor civil é a diversidade das entidades que dele fazem parte, o que requer variedade nas suas modalidades de participação, tais como:

- a) doações de pessoas físicas;**
- b) investimentos em programas e projetos sociais;**
- c) financiamento de campanhas sociais;**
- d) parcerias com governos, empresas privadas e entidades sem fins lucrativos; e**
- e) trabalhos voluntários.**

O crescimento das organizações sociais sem fins lucrativos no Brasil nos últimos anos (90 a 2003) foi realmente bastante significativo que, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (Folder na Internet, acessado em novembro 2003), hoje existem mais de 250 mil entidades, empregando mais de 2 milhões de pessoas e favorecendo cerca de 6% da população brasileira.

Estima-se, ainda, que a marca de 12 milhões de voluntários tenha sido superada e que 10% da população tenha doado recursos para os fins do terceiro setor e que sejam movimentados cerca de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB) em recursos. Mesmo assim, percebe-se que são pouco conhecidas e valorizadas e, para mudar o quadro, os especialistas afirmam que o papel da educação da sociedade é fundamental, pois é enorme o vazio social que separa os ricos dos pobres no Brasil, cenário que está gerando uma postura social mais ampla e abrangente, a ser desempenhada não só pelas empresas, mas também pelas escolas, poderosas agentes de transformação e influência na sociedade.

2.8 Sociedade Sustentável

É impossível falar de responsabilidade social sem falar em sustentabilidade. De acordo com Alva (1997, p. 66, apud MELO NETO, FROES, 2002),

Sustentabilidade pode ser entendida como um conceito ecológico – isto é, como a capacidade que tem um ecossistema de atender as necessidades das populações que nele vivem – ou, como um conceito político que limita o crescimento em função da dotação de recursos naturais, da tecnologia aplicada no uso desses recursos e do nível efetivo do bem-estar da coletividade.

Percebe-se, assim, que há necessidade de desenvolver uma sustentabilidade, usando a capacidade natural de suporte, que são os recursos naturais existentes, e a capacidade de sustentação, que são as atividades políticas sociais e econômicas, a fim de gerar comunidade.

Melo Neto e Froes (2002, pg 110) afirmam

[...] que uma comunidade é sustentável quando possui alta capacidade de gestão; participação; integração, iniciativa, produção, articulação, mobilização, organização, aliada a um alto grau de conscientização, sensibilização, senso de solidariedade e objetivo comum.

Destaca-se, no quadro a seguir, os fatores indispensáveis, formadores da comunidade sustentável.

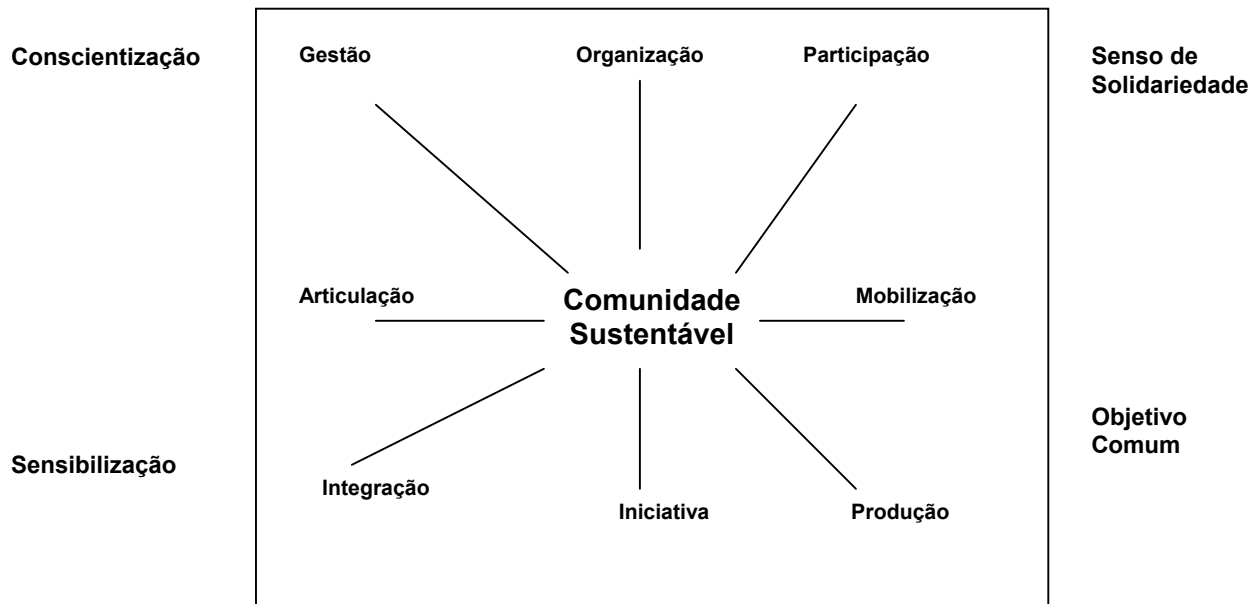


Figura 2 – Fatores de sustentabilidade comunitária

Fonte: Melo Neto e Froes, 2002, p. 110

Para Coimbra (2002, p.xii)

Uma sociedade será sustentável só e exclusivamente quando seu desenvolvimento for gerado nela e por ela assumido. Deve vir de dentro para fora, não poderia vir de fora para dentro, como simples adoção de um modelo ora em voga, predador da natureza e dos valores humanos mais preciosos. Este último – a americanização da vida e o consumo exponencial – como já se tem verificado, acabará por tirar a alma da comunidade enquanto a cobre de lantejoulas e miçangas enganosas.

O fator sustentabilidade encontra-se na própria comunidade, não é o governo que paternalmente o outorga. Aliás, como diz a Constituição Federal de 1988, todo poder emana do povo; todavia, para ser legítimo (e não apenas legal), deve ser exercido com ele e para ele, não somente em nome dele. Em contra partida, as redes sociais, que constroem a sustentabilidade, são devidamente realçadas pelos autores.

Para que esta sustentabilidade se processe de dentro para fora e seja eficaz, é preciso que haja uma transformação no interior dos indivíduos que formam as comunidades e as sociedades. Esta transformação passa por uma reflexão sobre os valores norteadores da vida desses indivíduos, do conhecimento que cada um dispõe e do uso que faz deles. Isso gera uma conscientização que se traduz em uma postura ética perante à vida. Mas, para que isso ocorra, é necessário que se invista em uma educação norteadora para gerar uma nova sociedade, uma educação para a cidadania em busca de uma sociedade sustentável.

2.9 Educação para Cidadania

Castro (2003) argumenta que desde muito cedo precisa-se saber o que é certo e errado e mesmo durante a juventude, quando ocorrem algumas contradições, as noções e os hábitos de decência, civilidade e responsabilidades sociais são aprendidas da mesma forma que a inteligência se desenvolve. Existe a

moral que deve ser ou não aperfeiçoada, com a convivência com o meio em que está inserido, o que estimula ou sufoca este traço.

A escola é um lugar de aprendizagem, de convivência social que deve oferecer a quem a frequenta não só um espaço físico e instrucional, mas um espaço de convivência, cooperação e de resolução de conflitos, fazendo a ponte entre a sociedade e a família. É uma etapa de preparação indispensável para a vida em sociedade. É por isso que a escola tem um papel fundamental no desenvolvimento da cidadania, pois o período em que se está na escola, que compreende aproximadamente dos 7 até os 18 anos de idade é um momento decisivo por se vivenciar praticamente todo o processo de socialização em todas as suas etapas. Quem tiver alguma defasagem nesse processo poderá apresentar no futuro comportamentos anti-sociais. Assim, ela tem o poder de capturar a imaginação infantil e socializá-la com valores sadios e coerentes com a sociedade sustentável. Mas não se pode esquecer que a escola não é a única responsável pela formação do caráter e da moral, a família também participa ativamente neste processo, porque ela oferece uma pré-educação para a cidadania. O papel da escola na formação de valores e para a cidadania é imprescindível para qualquer sociedade.

É na escola que os indivíduos devem aprender a fazer uso do conhecimento e da informação na compreensão da realidade, porque são estes conhecimentos que os ajudarão a serem cidadãos mais participativos, solidários, autônomos, civicamente responsáveis e com atitudes de auto-estima e respeito mútuo. A preocupação com a conscientização de cidadania na escola não se refere à criação de disciplina específica e sim que a escola tenha um currículo voltado para a educação cidadã. Porque preparar um cidadão para viver em sociedade, significa

necessariamente que ele tenha competência para pensar sobre a sociedade em que vive, intervindo nela de maneira a transformar os índices da sua qualidade de vida.

3. Procedimentos Metodológicos

A sociedade humana contemporânea tem acesso quase ilimitado à comunicação ao conhecimento por diversos meios, vivendo desta forma uma saturação de informações vindas de todos os lados em tempo real e em todos os momentos do seu dia-a-dia. Isso gera uma ansiedade por estar bem informado, o que acaba causando uma dependência da mídia de massa, que muitas vezes nos engana, manipula e desfigura nossa cultura.

Nesse contexto o mundo vive momentos de grandes decisões, que expressam a extrema necessidade de se repensar comportamentos, atitudes e valores de dirigentes que colocam a humanidade em uma situação de grande risco e preocupação. Seja pela ameaça de guerras, destruição do meio ambiente, descaso com o dinheiro público, corrupção etc...

Estes são apenas alguns exemplos que podem ser citados. Diante disso, o mundo se volta para a busca de soluções sustentáveis antes que um grande boom negativo aconteça em escala mundial.

Por esta razão responsabilidade social ganha importância estratégica que está intimamente ligada a mudanças de comportamentos, valores, e paradigmas em prol da defesa de interesses dos mais difusos em termos de cidadania.

Entretanto a questão de responsabilidade social ainda encontra-se associada à gestão empresarial ou empreendedorismo social, a prova disso é a bibliografia encontrada estar ligada a estas questões.

Torna-se importante nesse momento histórico, buscar conscientizar a todos os cidadãos que responsabilidade social é tarefa de cada um e de todos e não apenas de grupos organizados socialmente ou de empresas.

Atualmente responsabilidade social somente é trabalhada com acadêmicos dos cursos de administração de empresas ou MBA para atualização de profissionais que trabalham em áreas de gestão empresarial.

Responsabilidade social é um termo bastante abrangente e precisa ser trabalhado, de forma mais proveitosa por toda a sociedade, permeando não só as relações empresariais, mas também o convívio social.

A escolha do tema desta dissertação pela autora, demonstra essa preocupação, por ser professora de filosofia e sociologia de ensino fundamental e médio, percebeu pela sua prática pedagógica a necessidade de que há de se começar um trabalho de conscientização desde muito cedo para que se possa formar cidadãos mais comprometidos com qualidade de vida, profissionais conscienciosos e éticos. Pois a escola não pode ser hoje uma instituição formal de transmissão de conhecimentos, mas preparar os cidadãos que serão os gestores econômicos, políticos e sociais do futuro.

Assim sendo a responsabilidade social e a conscientização que se pretende, em longo prazo seja desencadeadora de competências para uma excelente gestão de uma sociedade sustentável e de redes de relacionamentos entre os diversos grupos de atores sociais.

Para fundamentar este trabalho optou-se por utilizar vários autores de áreas bem distintas, mesmo porque este trabalho envolve áreas de conhecimentos bem diferentes, mas que estão interligadas no todo e com pontos em comuns em suas filosofias.

3.1 Questão Metodológica

Ao abordar a questão da metodologia para o desenvolvimento de uma determinada pesquisa, aludi-se a maneira pela qual se enfoca o que se quer investigar, um determinado problema e, evidentemente, busca-se as alternativas de respostas que venham solucionar esse problema.

O objeto de pesquisa, juntamente com os elementos que se pretende analisar, o interesse e o propósito são os que determinam qual a metodologia mais adequada a ser utilizada. Ao definir o método de pesquisa, define-se a linha teórica associada ao método e aos procedimentos necessários à execução do trabalho.

De acordo com Thiollent (1986b, p. 7), nas ciências sociais há duas perspectivas teóricas que abordam de forma metodológica diferenciada os diversos tipos de problemas, buscando soluções. A primeira é o positivismo, que teve como criador Augusto Comte, que é uma metodologia, cuja prática de investigação baseia-se em sofisticados processos estatísticos, sendo amplamente utilizada, através da qual os pesquisadores buscam as razões dos fenômenos independentemente dos estados subjetivos dos sujeitos. A segunda é a fenomenologia, que gira em torno do problema fundamental da filosofia, representa uma tendência do idealismo filosófico e, dentro deste o idealismo subjetivo, tendo por princípio os fundamentos de Husserl, alimentando existencialistas como Heidegger e Sartre. Na fenomenologia, os pesquisadores buscam a compreensão dos fenômenos na visão do sujeito pesquisado, entendendo o indivíduo em sua totalidade e não como uma simples variável.

Segundo Richardson (1985), os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar as

interações de certas variáveis, entender e classificar processos dinâmicos vividos pelos grupos sociais, colaborar no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, a compreensão das particularidades do comportamento dos indivíduos.

Neste sentido, o empirismo, sistema filosófico, baseia-se na experiência e na observação, metódica ou não. Para Haguette (1987), a principal questão de uma ciência empírica é o respeito à natureza do objeto pesquisado, na qual se ressalta a necessidade de se admitir a natureza peculiar dos seres humanos, seu comportamento e sua vida em sociedade. Para tanto, é necessário que a metodologia escolhida para buscar o conhecimento sobre o homem e sua vida seja constituída por uma teoria sobre a própria natureza do homem.

Abric (1994), no estudo das representações sociais, apresenta duas questões metodológicas instigantes: o da coleta das representações e o da análise dos dados obtidos.

Segundo Jodelet (1989), o conteúdo da representação, sua fidedignidade e ao mesmo tempo a sua validade é um problema central no estudo das representações sociais.

Doise (1992) e Abric (1994) abordam dois tipos de métodos de coleta de dados: o interrogativo, que recorre à expressão dos sujeitos sobre o objeto social, cujo recorte pode ser verbal e icônico; e o associativo, que recorre a expressões verbais, coletadas mais espontaneamente e menos controlada.

No enfoque de métodos de coleta de dados de caráter interrogativo, Oliveira (1996) destaca cinco técnicas, distribuindo-as em entrevistas, questionários, pranchas indutivas, desenhos e suportes gráficos e abordagem monográfica.

3.2 O Método das Associações

Neste trabalho optou-se pelo método associativo para a coleta de dados. Esse método remonta a psicanálise, foi usado por Jung e consiste em desvendar as associações que fazemos quando pensamos em algo.

Foi solicitado aos alunos que escrevessem as cinco primeiras palavras que lhes vinham a cabeça quando pensavam na expressão “responsabilidade social”. Foram registradas 191 palavras diferentes. Nem todos os entrevistados escreveram as cinco palavras. Alguns registraram mais e outros menos, totalizando 674 palavras.

A elaboração de mapas cognitivos, ainda que legitimados por um grande número de aplicações, exige um enorme esforço, o que requer o uso de recursos de *software* para a análise dos dados.

Com o objetivo de simplificar esta metodologia, optou-se pela captura desses mapas pelo método do associacionismo cuja base é Jung um dos fundadores do método com essa finalidade.

Para o desenvolvimento da pesquisa adotou-se um estudo descritivo, tendo por referência analítica estudantes do Ensino Médio de um colégio particular, situado na cidade de Palhoça, pertencente à região metropolitana de Florianópolis. A pedido da direção do colégio, o nome do estabelecimento será mantido em sigilo. Desta forma, usou-se o nome fictício Colégio Espaço Criativo.

A metodologia empregada consistiu nos seguintes passos:

1º) Levantamento da linguagem utilizada pela população entrevistada:

Elaborou-se um questionário que permitisse a classificação dos entrevistados por; faixa etária, gênero, série e que informasse se o estudante trabalha ou não.

Neste questionário, pedia-se que cada um escrevesse as cinco primeiras palavras que lhes vêm à cabeça a respeito da expressão “responsabilidade social”.

2º) Grupamento por categorias (Métodos dos 3 juízes)

Esta é a parte mais subjetiva da análise, em que agrupou-se palavras pertencentes a um mesmo conceito. Para diminuir tal subjetividade, utilizou-se da técnica dos juízes. Cada um deles faz a classificação sem tomar conhecimento do trabalho dos outros e, ao final, reúnem-se para uma tomada de decisão, no caso de ambigüidades.

3) Tratamento e interpretação dos dados

A estatística dos dados coletados dá à análise emocional aquilo que as pessoas têm na mente quando se refere à responsabilidade social. O que está na ponta da língua.

Para Taylor e Bogdman (1987), na pesquisa qualitativa, os participantes são selecionados intencionalmente, conforme critério do pesquisador, para que se possa ter as informações consideradas pertinentes aos propósitos da pesquisa.

A população pesquisada, ou seja, os atores institucionais, para a realização do estudo das representações sociais relativas à imagem passada pela expressão responsabilidade social foi escolhida de forma intencional.

4 RESULTADOS OBTIDOS

4.1 Análise dos Dados sobre a População

Foram entrevistadas 137 jovens do Ensino Médio. Destes jovens, 74 são do sexo masculino e 63 do feminino, como se pode notar no Gráfico 1.

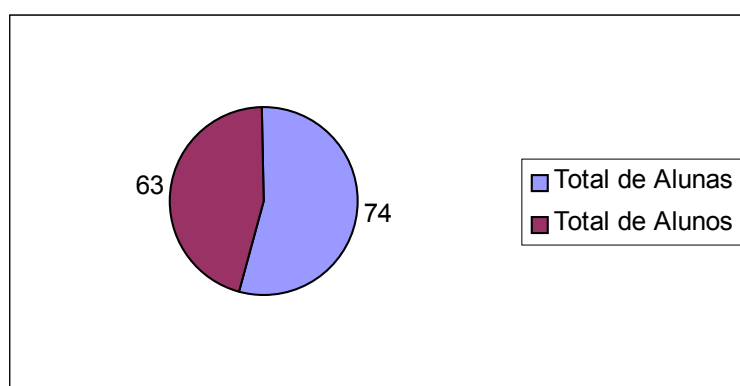


Gráfico 1 - Quanto ao gênero

De acordo com os Gráficos 2, 3 e 4, percebe-se que o número de meninas é maior na primeira e segunda séries, mas diminui na terceira. Ao se apurar os motivos dessa diminuição, constatou-se que:

- a) as meninas começam a trabalhar mais cedo e acabam trocando de horário ou de colégio;
- b) algumas meninas engravidam e, conseqüentemente abandonam os estudos; e
- c) outras casam cedo e acabam se afastando dos estudos.

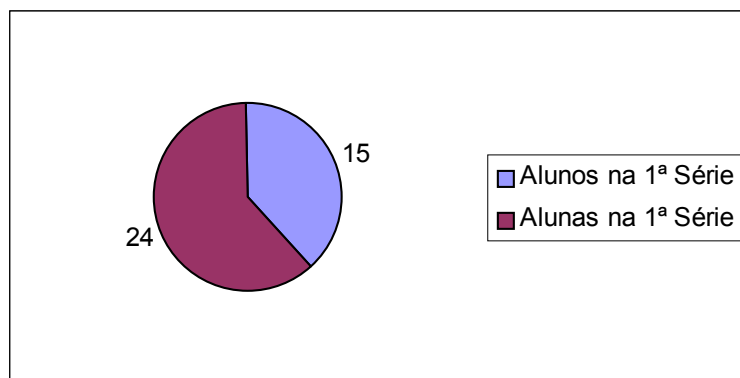


Gráfico 2 - Total de alunos e alunas na 1ª série do Ensino Médio

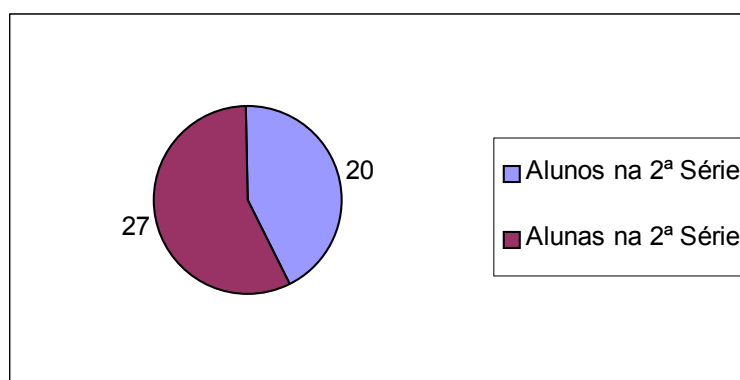


Gráfico 3 - Total de alunos e alunas na 2ª série do Ensino Médio

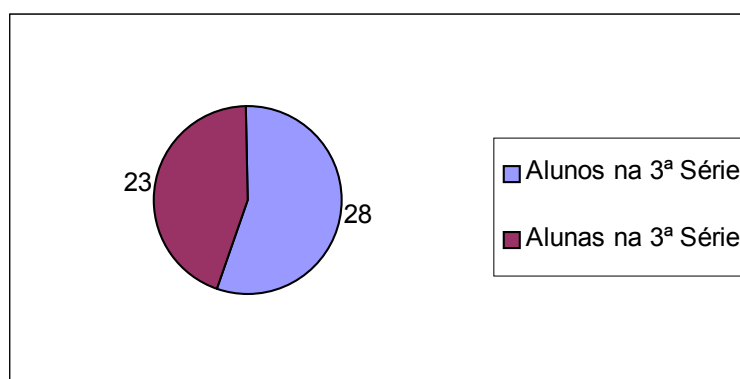


Gráfico 4 - Total de alunos e alunas na 3ª série do Ensino Médio

Quanto aos alunos que trabalham, verificou-se um número pequeno, porque, como o colégio é particular, pressupõe-se que não há necessidade do jovem começar a trabalhar para ajudar nas despesas da casa. Quando trabalham, na maioria das vezes, é por vontade própria (Gráficos 5 e 6).

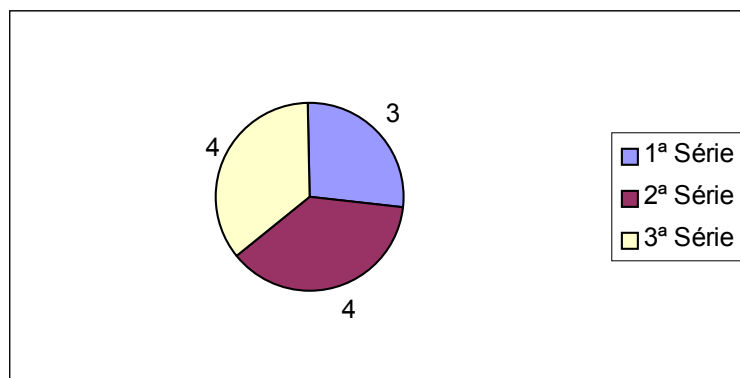


Gráfico 5 - Alunos que trabalham

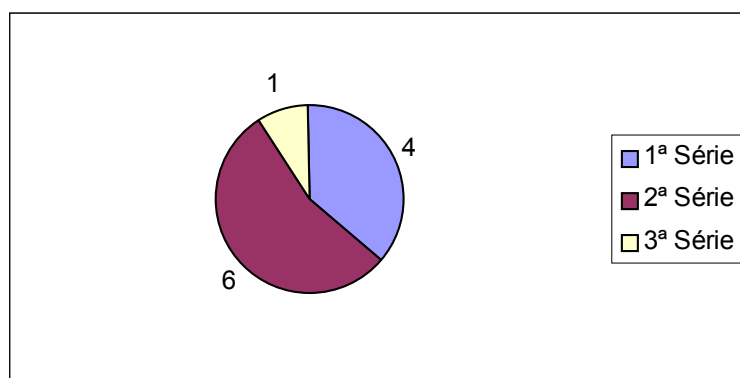


Gráfico 6 - Alunas que trabalham

Conforme os gráficos a seguir, dentre a população pesquisada do Ensino Médio, mais da metade deles tinham entre 15 e 17 anos de idade.

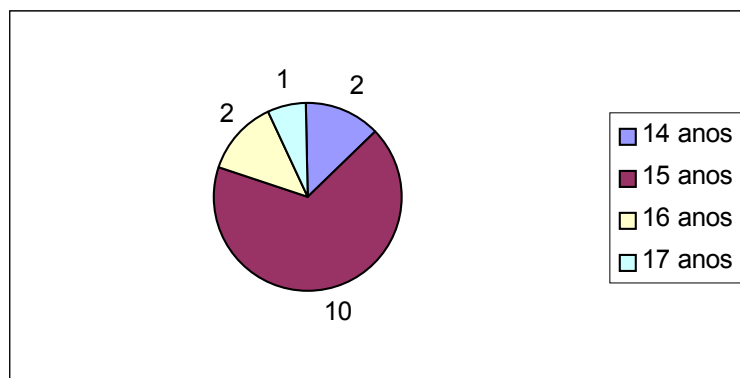


Gráfico 7 – Idade dos alunos que freqüentam a 1ª série do Ensino Médio

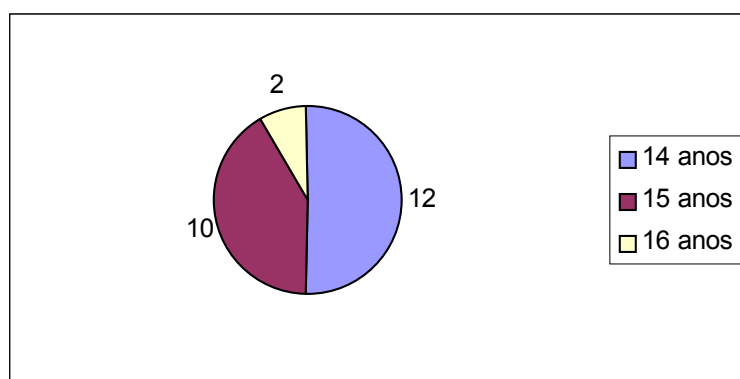


Gráfico 8 – Idade das alunas que freqüentam a 1ª série do Ensino Médio

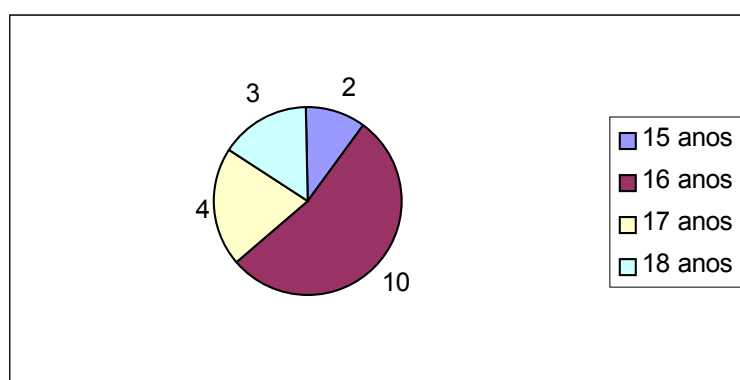


Gráfico 9 - Idade dos alunos que freqüentam a 2ª série do Ensino Médio

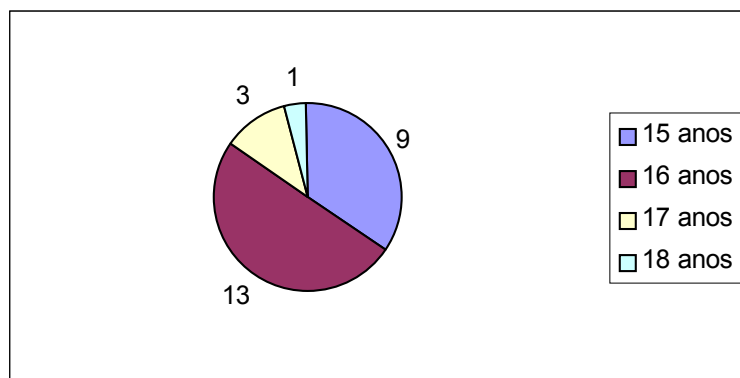


Gráfico 10 - Idade das alunas que freqüentam a 2ª série do Ensino Médio

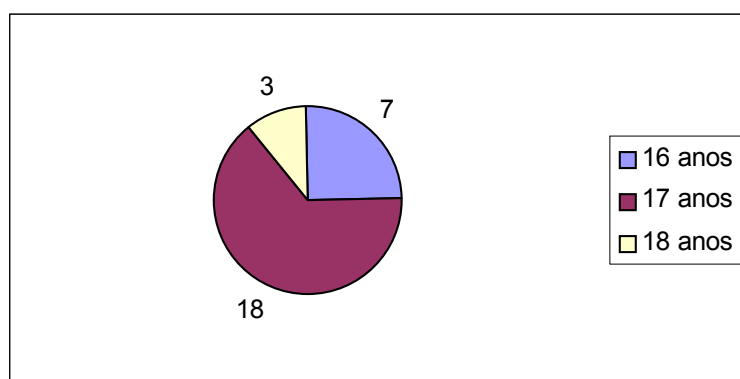


Gráfico 11 - Idade dos alunos que freqüentam a 2ª série do Ensino Médio

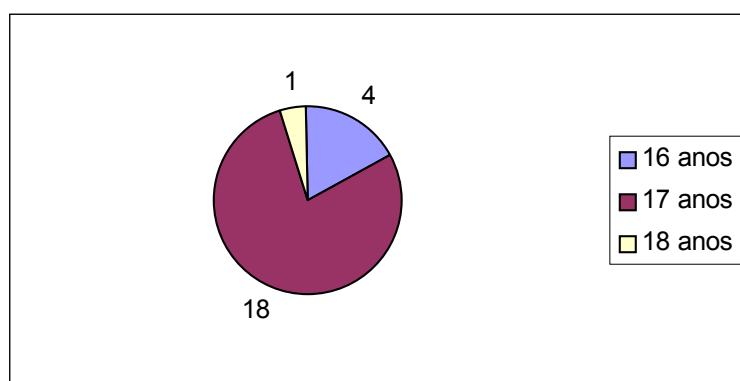


Gráfico 12 - Idade das alunas que freqüentam a 2ª série do Ensino Médio

Do total de 113 palavras coletadas apenas 50 são diferentes. Dessas cinquenta selecionamos as cinco palavras que mais apareceram entre as meninas da primeira série, as quais podem ser observadas no Gráfico 13.

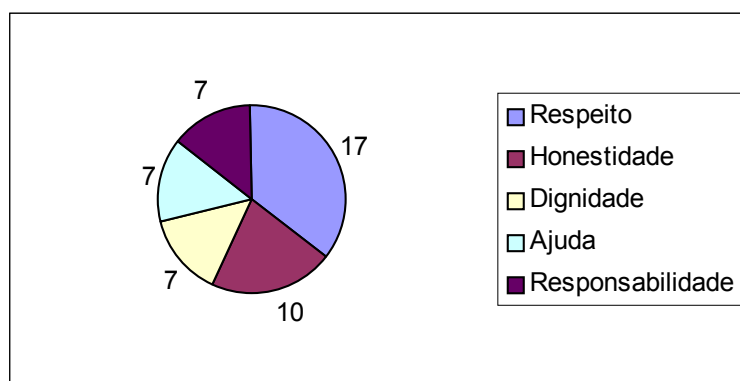


Gráfico 13 – Palavras com maior incidência entre a população feminino da 1ª série do Ensino Médio

Como esse resultado, notou-se que:

- a) as jovens demonstram uma preocupação maior com as questões sociais e que há um trabalho de conscientização em relação a isto;
- b) neste grupo, também percebe-se que responsabilidade social pressupõe, acima de tudo, respeito e honestidade; e
- c) ainda, não está tão evidente a questão do trabalho, mesmo que haja nesta classe mais alunas trabalhando do que alunos.

Obteve-se, entre os meninos da primeira série 42 palavras diferentes de um total de 71, no qual foram selecionadas as cinco palavras com maior incidência.

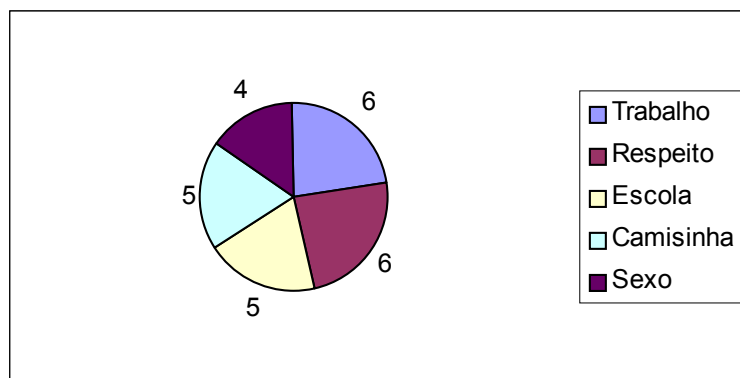


Gráfico 14 – Palavras com maior incidência entre a população masculina da 1ª série do Ensino Médio

Nesta turma verificou-se, através das palavras citadas, que:

- a) os jovens demonstram uma preocupação com as questões sociais e que há um trabalho de conscientização em relação à responsabilidade social e às campanhas sobre DST;
- b) neste grupo, percebe-se que responsabilidade social está ligada ao seu dia-a-dia; e
- c) as questões relativas a trabalho, respeito, escola e vida sexual têm grande relevância.

O número de palavras diferentes escritas entre as meninas da segunda série foi de 58 palavras de um total de 142, sendo selecionadas as cinco palavras com maior ocorrência.

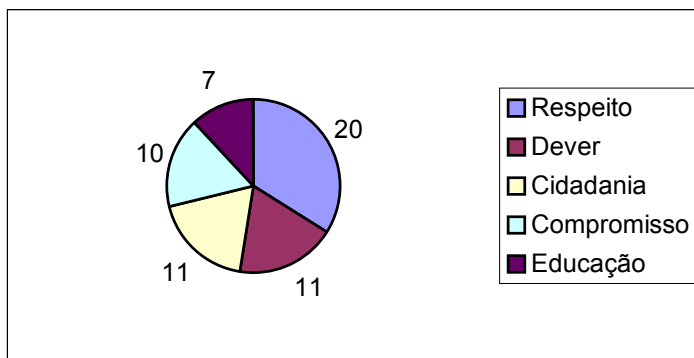


Gráfico 15 – Palavras com maior incidência entre a população feminina da 2ª série do Ensino Médio

Observou-se que:

- a) as jovens preocupam-se com questões sociais e que há um trabalho de conscientização em relação a isto;
- b) nas respostas há homogeneidade, sendo que responsabilidade social pressupõe primeiramente respeito; e
- c) a palavra trabalho não aparece entre as mais citadas, mesmo havendo um grande número de alunas que trabalham.

Nesta turma, as palavras diferentes relacionadas pelos meninos somam 54 de um total de 95, dentre as quais destacam-se as cinco com maior frequência.

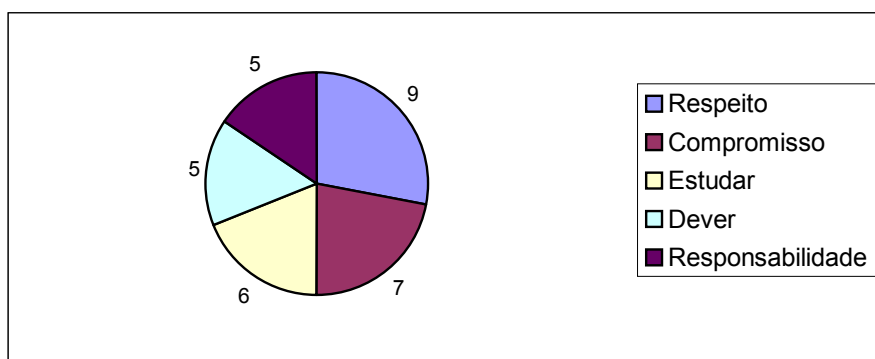


Gráfico 16 – Palavras com maior incidência entre a população masculina na 2ª série do Ensino Médio

De acordo com o gráfico, averigou-se que:

a) os jovens demonstram uma preocupação com as questões sociais e que há um trabalho de conscientização em relação à responsabilidade social e a sua participação no mundo;

b) a responsabilidade social está ligada primeiramente ao respeito com o próximo e também pressupõe compromisso, dever e responsabilidade; e

c) as questões relativas ao compromisso, ao dever e à responsabilidade ganham destaque, porque, neste período, os jovens estão envolvidos com o alistamento militar e vivenciando um momento importante de auto-afirmação.

As palavras diferentes entre as meninas da terceira série somam 68 de um total de 119, das quais foram selecionadas as cinco com maior ocorrência.

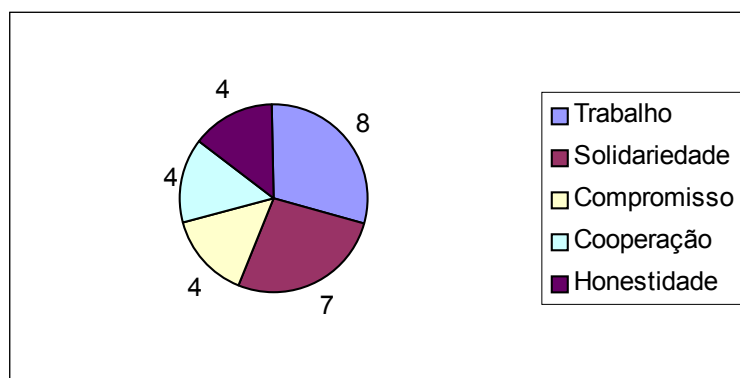


Gráfico 17- Palavras com maior incidência entre a população feminina da 3ª série do Ensino Médio

Com esse resultado, percebeu-se que:

a) as jovens demonstram uma conscientização com as questões sociais, o que pressupõe que haja um trabalho voltado neste sentido;

b) neste grupo, há homogeneidade nas respostas, sendo que responsabilidade social pressupõe, acima de tudo, trabalho e solidariedade, seguidos de compromisso, cooperação e honestidade;

- c) as jovens têm preocupação com a questão do trabalho, porque, na terceira série, ano em vão prestar vestibular, exige-se que elas optem por uma profissão.

As palavras diferentes obtidas entre os meninos da terceira série somam 61 de um total de 113, das quais destaca-se as cinco palavras mais citadas.

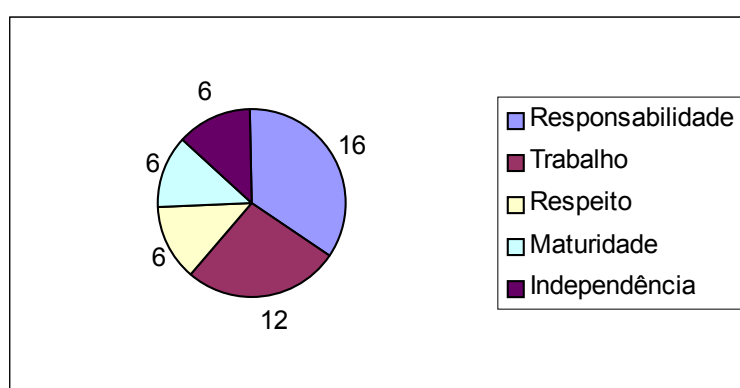


Gráfico 18 – Palavras com maior incidência entre a população masculina da 3ª série do Ensino Médio

Com base nas respostas, constatou-se que:

- a) neste grupo há, um trabalho de conscientização em relação à responsabilidade social e sua participação no mundo, como agente transformador;
- b) responsabilidade social está ligada primeiramente à responsabilidade, seguida de trabalho, maturidade e independência, pressupondo um objetivo a ser alcançado;
- c) na ênfase com as questões de responsabilidade e trabalho justifica-se também por ser o último ano do ensino médio, o que de certa forma exige uma postura mais responsável, uma preocupação com a escolha

da profissão e a idéia de independência, pois a maioria destes jovens está prestes a completar 18 anos.

De um total de 300 palavras, 123 são diferentes, entre os meninos das três séries, dentre as quais selecionou-se as cinco com maior frequência.

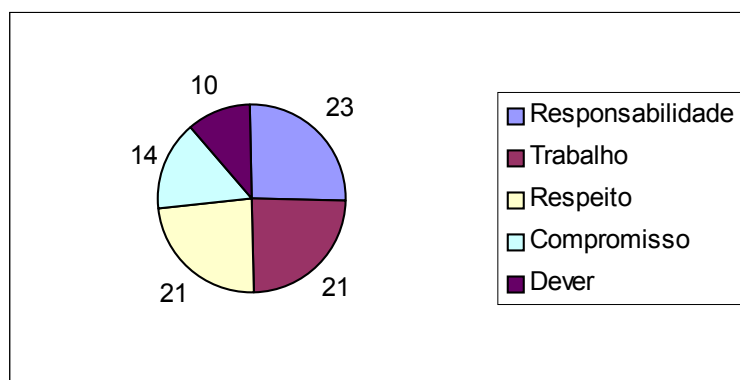


Gráfico 19 – Palavras com maior incidência entre a população masculina das três séries do Ensino Médio

Com esse resultado, percebeu-se que:

- a) a população masculina demonstra, através das palavras com maior incidência, conhecimento e conscientização sobre o tema da pesquisa e trata a questão com bastante seriedade;
- b) para estes alunos, responsabilidade social requer, em primeiro lugar, responsabilidade, seguido de trabalho, respeito, compromisso e dever;
- c) os jovens do Ensino Médio vivem um momento em que lhes é cobrada uma postura mais responsável, havendo preocupação com a escolha profissional. Eles se fazem respeitar, porque percebem o quanto isso é importante em todas as relações sociais. Começam a assumir compromissos e deveres no qual um dos principais é o estudo.

Também percebem que o mundo é muito maior do que eles imaginavam e as relações sociais mais complexas, em que o conhecimento e uma postura mais responsável diante da vida fazem a diferença.

Quanto à população feminina, o número de palavras diferentes nas três turmas somam 129 de um total de 374, das quais foram selecionadas as cinco mais citadas.

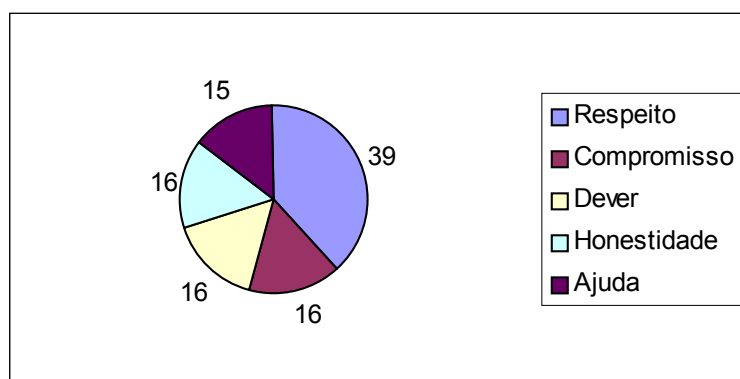


Gráfico 20 – Palavras com maior incidência entre a população feminina das três séries do Ensino Médio

- a) a população feminina demonstrou, através das palavras, que está bem consciente e informada sobre responsabilidade;
- b) para as jovens, a questão respeito é fundamental, pois aparece em primeiro lugar;
- c) as alunas têm uma idéia mais abrangente sobre responsabilidade social em relação aos alunos, porque elas acrescentam as questões honestidade, ajuda e cidadania, demonstrando uma real preocupação com as questões sociais; e

- d) os aspectos mais relevantes são os que envolvem valores morais, como respeito, dever, honestidade e ajuda. O trabalho e estudo também são citados, mas não de forma expressiva.

O número de palavras diferentes nas três séries entre as populações feminina e masculina foi de 191 de um total de 674, dentre as quais destacou-se as dez com maior incidência.

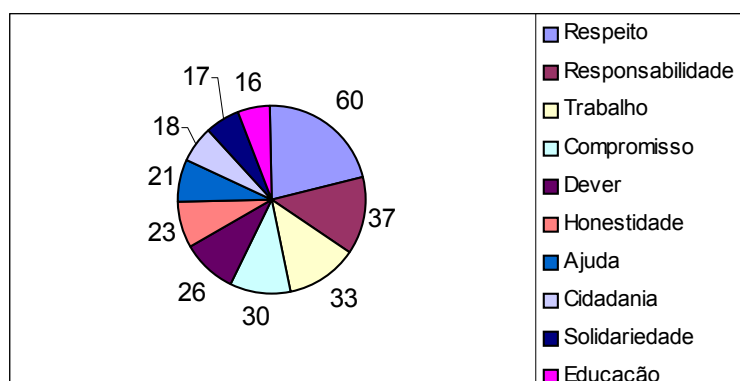


Gráfico 21 – Palavras com maior incidência entre as populações feminina e masculina nas três séries do Ensino Médio

De acordo com as respostas, constatou-se o seguinte:

- estes jovens estão bem conscientes do que é responsabilidade social e que este tema perpassa várias questões que estão inseridas no dia-a-dia deles; e
- a população demonstrou uma preocupação com as questões de respeito, responsabilidade e trabalho que podem ser traduzidas em uma postura madura e séria, perante as abordadas na pesquisa.

4.2 Palavras utilizadas pelos alunos para representar “Responsabilidade Social”

Abajur, abrigo, ação, administração, adolescentes grávidas, ajudar, ajudar os pais, amizade, amor, aquário, assistência social, atenção, atitude, atitude suas, banana, bem-estar, boa conduta, bom humor, bom trabalho, caderno, camisinha, capacidade, capitalismo, caráter, caridade, casa, chato, cidadania, ciência, classes, coerência, coisa séria, colaboração, coletividade, compaixão, companheirismo, competência, comportamento, compreensão, comprometimento, compromisso, comunicação, comunidade, conceito, confiança, consciência, conscientização, consequência, contas, convivência, convívio social, cooperação, coragem, corrupção, credibilidade, cuidado, cultura, cumprir a legislação que vigora, cumprir horário, decisão, dedicação, dependência, desemprego, dever, diferença de classes, dificuldade, dificuldades de lidar com pessoas, dignidade, dinheiro, direitos, disciplina, diversão, dividir, doação, doações, dono dos atos, drogas, é difícil, educação, emprego, escola, escolaridade, esforço, esperança, estudar, ética, ética trabalhista, exigir os direitos, família, fazer, força de vontade, fraternidade, futuro, galinha, governo, grama, honestidade, horário, humildade, idéias, identidade, igualdade, importante, incentivo, independência, individualismo, integração, inteligência, jogar lixo no lixo, juízo, justiça, ladrão, lavar o carro, lazer, liberdade, liderança, limites, limpeza, livre arbítrio, mãe, maturidade, medo, não as drogas, não fazer besteira, não sei, não violência, necessário, obediência, obrigação, ong's, opinar, oportunidade, organização, paciência, pagamento, pagar impostos, pai, participação, partilha, personalidade, pessoa madura, pizza, pobres, pobreza, poder, polícia, política, pontualidade, população, prazer, preocupação, presidente, prestação de contas, previdência privada, prosperidade, qualidade, reação, reconhecimento, respeitar as leis, respeito, responsabilidade, responsável, ricos,

sabedoria, sabonete, salário, segurança no que faz, sempre, procurar o melhor, ser cidadão, ser justo, seriedade, sexo, sexo seguro na adolescência, sinceridade, sociabilidade, socialismo, socialização, socializar idéias, sociedade, solidariedade, sucesso, tarefas, tesoura sem ponta, tornar-se adulto, trabalhar, trabalho, transportadora, uma missão, união, voluntariado, voluntários.

CONCLUSÃO

Ao longo da trajetória percebeu-se que o desenvolvimento tecnológico-industrial foi responsável por mudanças significativas na qualidade de vida das pessoas. Em contrapartida, também aumentou as desigualdades sociais e, atrelados a esta desigualdade, vieram outros problemas de ordem social.

Esta qualidade de vida traduz-se, na verdade, na produção de bens de consumo voltado para o bem-estar e conforto de uma parte privilegiada da população. Porém, esse desenvolvimento tem um custo social, econômico e ambiental que deve ser considerado.

O desenvolvimento experimentado pela modernidade traz a massificação dos meios de produção industrial, que aumentam a qualidade, a velocidade e a diversidade dos bens produzidos.

As transformações políticas, tecnológicas e industriais definiram historicamente as transformações culturais das sociedades capitalistas. As relações capitalistas intensificaram-se, o mercado cresceu e conseqüentemente aumentou a lista de produtos disponíveis. Assim, o cotidiano foi invadido pela tecnologia eletrônica de massa e individual, saturando-o com informações, diversão e serviços.

O mundo hoje é estético e a sociedade divide-se em grupos afins. Estes grupos sociais organizam-se pela forma e pela maneira que circulam na sociedade de consumo. Com isso, o consumo vai ditando valores que passam a ser calcados no prazer de usar bens e serviços e o que reina não é mais a coletividade. Por essa questão, precisa-se refletir, medir e agir rápido e de forma transformadora, construindo um novo paradigma alicerçado em valores humanos, morais, sociais e ambientais.

Com a preocupação de construção de um novo paradigma, surge a questão da responsabilidade social, implementada por empresas e organizações

não-governamentais e sem fins lucrativos, que buscam a conscientização e a construção de uma nova postura empresarial e social.

Entretanto, essa conscientização, essa mudança de valores, precisa ser trabalhada em toda a sociedade. É neste momento que o papel fundamental da escola faz-se perceber, ajudando a construir uma sociedade sustentável.

Diante deste papel social tão importante, a escola deve trazer à tona debates sobre questões que levem a pensar sobre os padrões atuais de qualidade de vida, assunto bastante em evidência ultimamente. Deve-se discutir o desenvolvimento da sociedade como um processo que atenda as necessidades de qualidade de vida que todos têm direito.

Pensar que a problemática social e ambiental está ligada somente ao desenvolvimento tecnológico é um erro, pois a cultura de consumo que contribui para o aumento da crise tem sua parcela bem definida nesta questão. Em vista disso, pede-se soluções comportamentais que envolvem mudanças de valores e as relações com o mundo e entre as pessoas. O estilo de vida que caracteriza a sociedade moderna, se não for alterado, tenderá ao colapso, pois esbarra no limite da sustentabilidade.

Ao buscar uma sociedade sustentável que respeite a diversidade biológica, social e cultural, o indivíduo estará sendo responsável e, conseqüentemente, cidadão, colaborando para uma distribuição equitativa da riqueza que é gerada em todos os segmentos dessa sociedade. Haverá consciência para não se utilizar mais do que pode ser renovado, oferecendo condições dignas de vida para as gerações futuras.

Nessa perspectiva, cabe à escola propor em sua prática ações que possam mobilizar toda a sociedade a rever seu processo de desenvolvimento para

encarar os problemas trabalhando para preveni-los e solucioná-los. Pois, os jovens que estão na escola hoje serão empresários, executivos, políticos, economistas, cientistas, enfim, os gestores do futuro.

Neste estudo, constatou-se que, na escola pesquisada, há um trabalho de conscientização em relação à responsabilidade social e que os jovens estão cientes da sua importância de participação no mundo como agente transformador. Isto decorre do fato de que tais assuntos transversalizam todo o currículo. Além de conscientes do que seja responsabilidade social, percebeu-se que este tema perpassa várias questões que estão inseridas no cotidiano deles e que as questões mais significativas para os alunos entrevistados estão retratadas nas palavras com maior incidência que foram: respeito, responsabilidade e trabalho, o que demonstra uma postura madura e séria perante a questão abordada na pesquisa uma preocupação com o futuro e que eles têm esperança de que sociedade realmente transformar-se-á em uma sociedade sustentável.

O humanismo cívico foi sempre um ideal constante, até mesmo para os que não pretendiam pô-lo em prática. Atualmente, a cidadania efetiva retoma as virtudes cívicas que sempre deram à comunidade esclarecida sua dimensão e seu papel, com direito a utopias necessárias e ao desenvolvimento harmônico real. A virtude cívica, que não se prende a qualquer tempo ou espaço, está voltada para a coisa pública. A comunidade deve assumir as rédeas do seu destino e não se alienar aos poderes políticos, por melhores que sejam.

Para tanto, é necessário que ela tenha conhecimentos, que saiba o que é certo e errado, só assim ela pode intervir.

Com o conhecimento o homem se descobre e descobre o seu potencial, deixando de ser um ser débil e manipulado. Por isso, a educação é tão importante e é através dela que o homem torna-se consciente.

Nesta pesquisa, não se pretende esgotar o assunto, mas ser uma semente para despertar um novo olhar crítico sobre a responsabilidade social, educação, juventude e cidadania.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean C. L'organisation interne des représentations sociales: système central et système périphérique. In Guimelli, Ch (dir) **Structures et transformations des représentation sociales**. Neuchâtel/ Paris: Delachaux et Niestlé, 1994, p.73-84.

ABBAGNANO, N. Dicionário de filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ALENCAR, E.M.L.S. **Psicologia e educação do superdotado**. São Paulo: EPU, 1986.

AVANCINI, Marta. Disponível em: <<http://www.estado.com.br/agestado>>. Acesso em: 25 set. de 2003.

BACHELARD, Gaston. **A dialética da duração**. Tradução Marcelo Coelho. São Paulo: Ática, 1994.

BRASIL. Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário. In: **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 fev. 1998.

CASTRO, Cláudio de Moura. **Escola para Cidadania?** Disponível em: <<http://www.reensinar.com.br>>. Acesso em: 15 out. de 2003.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1997.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **Transdisciplinaridade**. São Paulo: Palas Athena, 1997.

DESCARTES. **Discurso do método**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores).

DOISE, W. e PALMONARI, A (Orgs). **L'étude des représentations sociales**. Delachaux et Niestlé. Paris 1986.

DOISE, W. Les Représentations Sociales: Définition d'un Concept. In: DAISE, N; PALMONAR, A (Eds). **L'étude Des Représentations Sociales**. Paris: Delachaux & Niestlé, 1986.

FERGUSON, Marilyn. **A conspiração aquariana**. Tradução Carlos Evaristo M. Costa. Rio de Janeiro: Record, s.d.

FIALHO, Francisco. **A eterna busca de Deus – de quarks a psi**. Sobradinho: EDICEL, 1993.

_____. **Introdução ao estudo da consciência**. Curitiba: Genesis, 1998.

_____. SANTOS, Neri dos. **Manual de análise ergonômica no trabalho**. Curitiba: Genesis, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Hermeneutica del sujeta**. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta. 1987.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. **Vigiar e punir – nascimento da prisão**. Tradução Lígia M. Pondé Vassalo. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1996.

_____. **Nietzsche, Freud & Marx**. Tradução Jorge Lima Barreto. São Paulo: Princípio, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GIL, E. e MENÉNDEZ, E. **Ócio y prácticas culturales de los jóvenes**. Madrid, Ministerio de Cultura, 1985.

GRAJEW, O. Negócios e responsabilidade social. In: Esteves, S. (org). **O dragão e a borboleta: Sustentabilidade social nos negócios**. São Paulo: Axis Mundi, 2000.

GROSSI, Éster. **LDB - Lei de diretrizes e bases da Educação Lei N. 9394/96**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

GUARESCHI, P.A. e JOVCHELOVITCH, S. (Org.) **Textos em representações sociais**. Petrópolis. Vozes, 1994.

GUARESCHI, Pedrinho A. & JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.) **Textos em representação social**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 31-62.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. 6. ed. Campinas: Papirus, 1997.

HAGUETTE, T. M. T. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, Terceira Parte, p. 109-170.

HESSEN, Johanna. **Filosofia dos valores**. Tradução L. Cabral de Moncada. Coimbra: Armenio Anado, 1980

HOBBS, Thomas. Vida e Obra, *Leviatã I -- do homem, Leviatã II -- do Estado..* v. I, 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Coleção Os Pensadores).

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos – o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IOSCHP, E.B. **Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

JEAN-CLAUDE Abric. **Práticas Sociais et Représentations**. Paris, Presses Universitaires de France, 1994.

JODELET, D. (Org.) **Les Représentations Sociales**. Paris, Presses Universitaires de France, 1989.

JODELET, D. **Representations Sociale**: Phénomènes, Concept et Théorie. In: MOSCOVICI, S. *Psychologie Sociale*. Paris: PUF, 1984.

JODELET, D. **Prise de parole suite à une communication “Responsabilité de l’ingénieur dans le monde moderne”** IN: GAUVERNET, et al. *Image de la science, Économica*, p. 55-56, 1984.

JODELET, Denise. **Folies et représentations sociales**. Paris: Presses Universitaires De France, 1989.

JOHNSON-LAIRD, P. N. **Mental models**: Towards a cognitive science of language, inference, and consciousness. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1983.

KANITZ, S. Disponível em: <<http://www.cmc.com.br/anexos/3%20setor-w.doc>>
Acesso em: 15 out. de 2003.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1997.

KUHN, Thomas S. Kuhn. **Estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

LARA, Tiago Adão. **A filosofia ocidental – do renascimento aos nossos dias**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. v. 3.

LASTÓRIA, Luiz Antônio Calmon Nabuco. **Ética, estética e cotidiano**: a cultura como possibilidade de individuação. Piracicaba: Unimep, 1994.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência**. O futuro do pensamento na era da informática. Tradução Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34,

LOURENÇO; et. al. **Responsabilidade Social Das Empresas**. A contribuição das universidades. v. 2, São Paulo: Petrópolis, 2003.

MANNHEIM, Karl. **Essays on the Sociology of Knowledge**. Tradução Sociologia do Conhecimento. v. 2, Londres, 1952, Porto, Res, 1986.

MELO NETO, Francisco Paulo de. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark Ed., 1999.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução Maria Lucia Cumo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MARITANI, Jacques. **A filosofia moral**. Tradução Alceu Amoroso Lima. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1973.

MATURANA, H. e VARELA, F. **A árvore conhecimento – as bases biológicas do entendimento humano**. Campinas: Editorial Psi, 1994.

MELO NETO, F. P. de, FRÓES, C. **Empreendedorismo Social: transição para a sociedade Sustentável**. Rio de Janeiro Qualitymark, 2002. p 15

MORIN, Edgar. **A decadência do futuro e a construção do presente**. Florianópolis: UFSC, 1993.

MOSCOVICI, S. Psychanalyse: son image et son public. 1961. In: **A representação social da psicanálise**. 4. ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1978.

MOSCOVICI, S. **Attitudes and Opinions Annval Review of Psychology**, Paris, Presses Universitaires de France, 1963.

MOSCOVICI, S. e DOISE, W. **Dissensões e Consenso: Uma teoria geral das decisões colectivas**. Tradução Maria Fernanda Jesuino. Lisboa. Livros Horizonte, 1991.

MOSCOVICI, S. **Psychologie des Minorites Atives**. Paris: Presses Universitaires de Frande, 1979.

MOSCOVICI, S. **Psychologie Sociale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.

MOSCOVICI S. **Psicologia Social I**. 2. ed. Barcelona: Paidós, 1991.

MOSCOVICI, S. Notes Towards a description of social representations. **European Journal of social psychology**. v.18, 1988, p. 211-250.

MOSCOVICI, Serge (Org) - Psicologia social. Barcelona: Paidós, 1984, p. 469-494.
Orchis,Yung,Morales. Impactos Da Responcsabilidade Social Nos Objetivos e Estratégias Empresárias. In: **Responsabilidade Social Das Empresas**. A contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis. 2002 p.61

OLIVEIRA, Anna Cynthia. **Construindo um marco regulatório para a consolidação do setor privado não lucrativo e fins públicos no Brasil**. Brasília: Conselho Comunidade Solidária, 1996.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. Tradução José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1977.

PUEBLA, Eugenia. **Educar Com O Coração**. São Paulo: Peirópolis,1997.

RICHARDSON, C. J. **Mechanisms controlling phosphorus retention capacity in freshwater wetlands**. Science, p. 228, 1424-1427.

_____. **Mechanisms controlling phosphorus retention capacity in freshwater wetlands**. Science, p. 228, 1424-1427, 1985.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos Empregos**. São Paulo: Afiliada, 1996.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Tradução Antônio P. Machado. 13. ed. Rio de Janeiro: EDIOURO, [s.d.].

SANCHIS, Enric. **Da Escola ao Desemprego**. Rio de Janeiro: AGIR,1997.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Editora Cultrix, 1998

SILVA, César Augusto Tibúrcio e FREIRE, Fátima de Souza (Org.) **Balanco Social: Teoria e Prática**. Editora Atlas, 2001.

SCHRÖDER, Lourenço Alex Guimarães. Vale intestir em responsabilidade social? In: STAKEBOLDER. **Responsabilidade Social das empresas**: a contribuição das universidades. V. II, São Paulo: Peirópolis, 2003.

SCHENBERG, Mário. **Pensando a física**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SINGER, Peter. **Ética prática**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SÓFOCLES. **Antígona**. Tradução Millôr Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1999.

SPINK, Mary Jane P. O conceito de representações sociais na abordagem psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 300-308. jul/set, 1993.

_____. Representações Sociais: **questionando o estado da arte**. Psicologia & sociedade. p. 166-86, 1996.

_____. **O contexto como pretexto**. Texto apresentado no XXIV Encontro Interamericano de psicologia, Santiago-Chile, 4 a 9 de julho, 1993.

SPINK, Peter e CLEMENTE, Roberta. **20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

TAYLOR, S. J. y BOGDMAN, R. **Las entrevistas grupales**. En Introducción a los métodos cualitativos de investigación. Buenos Aires, 1986, p. 139-140.

THIOLLENT, M. A opinião pública e os debates políticos. **São Paulo Livros e Editora Polis LTDA. 1986a.**

_____. Metodologia da Pesquisa-ação. **São Paulo: Cortez, 1986b.**

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. Tradução João Távora. 22. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

TOLDO, Mariesa. **Responsabilidade Social Das Empresas “A contribuição das Universidades”**, São Paulo: Petrópolis, 2002.

VALA, J e OLGA. O. Objetivação e ancoragem das representações sociais do suicídio na imprensa escrita. **Análise Social**. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XXXII 1997.

VALA, J. As Representações Sociais no Quadro dos Paradigmas e Metáforas da Psicologia Social. In: **Conhecimento do outro e a construção da realidade social: uma análise da percepção e da cognição social**. Camina L. Org. Série monografias em psicologia social, João Pessoa, UFPB. Ed. Universitária, 1996.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania** - A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro, Record, 2001.

WEBER, Max. **O político e o cientista**. Rio de Janeiro. Recor, 1983.

WEIL, Pierre. **A arte de viver em paz**. 4. ed. Tradução Helena Roriz Taveira e Hélio Macedo da Silva. São Paulo: Gente, 1993.

WEIL, Pierre. **A nova ética - na política, na empresa, na religião, na ciência, na vida privada e em todas as outras instâncias**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1998

WILSON, Edward Osborne. **Unidade do conhecimento**. Tradução Ivo Korytowski. Rio de Janeiro : Campus, 1999.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1995

ZOHAR, Danah. **O ser quântico**. Tradução Maria Antonia Van Acker. São Paulo: Best Sellers, 1990.

APÊNDICE

Apêndice A – Questionário utilizado com os Alunos do Ensino Médio na pesquisa sobre Responsabilidade Social

Pesquisa Sobre Responsabilidade Social Realizada Com alunos de Ensino Médio

Leia com atenção e responda:

Idade: () Sexo: ()F () M

Você trabalha? () Sim () Não

Qual cargo ou função você ocupa?

Qual série você frequenta?

1ª série () 2ª série () 3ª série ()

Escreva cinco palavras que lhe vem à cabeça quando ouve a expressão Responsabilidade Social.

- 1 _____
- 2 _____
- 3 _____
- 4 _____
- 5 _____

Data: